

GOVERNO DO PIAUÍ

Diário Oficial



ANO LXXXVII - 129º DA REPÚBLICA Teresina(PI) - Terça-feira, 6 de março de 2018 • Nº 43

LEIS E DECRETOS

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.



DECRETO Nº 17.654 de 06 de MARÇO de 2018

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina-PI, 06 de MARÇO de 2018

Abre Crédito Suplementar no valor global de R\$ 355.000,00 em favor dos órgãos que especifica.

O Governador do Estado do Piauí, no uso das atribuições que lhe confere o art. 102, inciso XIII da Constituição Estadual, e diante do disposto do art. 7º, parágrafo único da Lei nº. 7.083, de 28 de dezembro de 2017,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento Geral do Estado, crédito adicional suplementar em favor da Secretaria da Saúde e Secretaria do Turismo, no valor de R\$ 355.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil reais), destinado a atender a programação contida no anexo I deste Decreto.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do disposto no artigo 1º decorrerão das anulações parciais de dotações orçamentárias indicadas no anexo II deste Decreto.

Art. 3º As alterações promovidas no Orçamento Geral do Estado ficam incorporadas no Plano Plurianual 2016-2019, Lei nº. 6.751, de 29/12/2015.

GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ
 SECRETÁRIO DE GOVERNO
 SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO I

DECRETO Nº 17.654 de 06 / 03 /2018 publicado no D.O.E. nº de / /2018 R\$1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA	FONTE	EMENDA	VALOR
17101.10.122.0090.2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	F	3.3.90.41	100	E0000	200.000,00
17101.10.301.0003.1748	INCENTIVO À SAÚDE	S	4.4.40.41	100	E0000	60.000,00
47101.23.695.0016.2324	FORTALECIMENTO DA GESTÃO INSTITUCIONAL PARA O TURISMO / PROMOÇÃO DO TURISMO	F	3.3.90.39	100	E0000	95.000,00
TOTAL						355.000,00

ANULAÇÃO

ANEXO II

DECRETO Nº 17.654 de 06 / 03 /2018 publicado no D.O.E. nº de / /2018 R\$1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA	FONTE	EMENDA	VALOR
19101.04.121.0001.2803	RESERVA ESTRATÉGICA ORIENTADA PARA RESULTADOS	F	4.4.90.51	100	E0000	355.000,00
TOTAL						355.000,00

Diário Oficial

2



Teresina(PI) - Terça-feira, 6 de março de 2018 • Nº 43



DECRETO Nº 17.655 de 06 de MARÇO de 2018

Abre Crédito Suplementar no valor global de R\$ 500.000,00 em favor do órgão que especifica.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina-PI, 06 de MARÇO de 2018

O Governador do Estado do Piauí, no uso das atribuições que lhe confere o art. 102, inciso XIII da Constituição Estadual, e diante do disposto do art. 7º, parágrafo único da Lei nº. 7.083, de 28 de dezembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento Geral do Estado, crédito adicional suplementar em favor da Assembleia Legislativa, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), destinado a atender a programação contida no anexo I deste Decreto.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do disposto no artigo 1º decorrerá da anulação parcial de dotação orçamentária indicada no anexo II deste Decreto.

Art. 3º As alterações promovidas no Orçamento Geral do Estado ficam incorporadas no Plano Plurianual 2016-2019, Lei nº. 6.751, de 29/12/2015.

GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETÁRIO DE GOVERNO
SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO I

DECRETO Nº 17.655 de 06 / 03 / 2018 publicado no D.O.E. nº de / / 2018

R\$1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA	FONTE	EMENDA	VALOR
01101.01.031.0080.2363	MANUTENÇÃO DA ESCOLA DO PODER LEGISLATIVO	F	3.3.90.39	100	E0000	500.000,00
TOTAL						500.000,00

ANULAÇÃO

ANEXO II

DECRETO Nº 17.655 de 06 / 03 / 2018 publicado no D.O.E. nº de / / 2018

R\$1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA	FONTE	EMENDA	VALOR
48101.04.122.0090.2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	F	3.3.90.37	100	E0000	500.000,00
TOTAL						500.000,00

PORTARIAS E RESOLUÇÕES

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
COORDENADORIA DE FOMENTO AO SANEAMENTO RURAL-CFSR
GABINETE DO COORDENADOR GERAL

PORTARIA Nº 03/2018-CFSR

O COORDENADOR DE FOMENTO AO SANEAMENTO RURAL DO ESTADO DO PIAUÍ, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil, na Constituição do Estado do Piauí, e em base na Lei Federal Nº 8.666, de 21 junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR para responder pelo Sistema de Monitoramento e Acompanhamento das Ações Estratégicas do Estado do Piauí – SIMO, o servidor José de Ribamar de Sousa Miranda CPF 253.172.478-88, Matrícula 812522-3.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Comunique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se

Teresina-PI, 05 de Março de 2018

GILBERTO GOMES DE MEDEIROS
Coordenadoria de Fomento ao Saneamento Rural-CFSR
Coordenador-Geral

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
COORDENADORIA DE FOMENTO AO SANEAMENTO RURAL-CFSR
GABINETE DO COORDENADOR GERAL

PORTARIA Nº 04/2018-CFSR

O COORDENADOR DE FOMENTO AO SANEAMENTO RURAL DO ESTADO DO PIAUÍ, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil, na Constituição do Estado do Piauí, e em base na Lei Federal Nº 8.666, de 21 junho de 1993.

CONSIDERANDO o art. 67, da Lei Nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

CONSIDERANDO o Decreto Estadual Nº 14.483 de 26 maio de 2011

CONSIDERANDO o Decreto Estadual Nº 15.093 de 21 de fevereiro de 2013

CONSIDERANDO o Decreto Estadual Nº 16.226 de 13 de outubro de 2015

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria Nº 03/2017 - CFSR

Art. 2º. DESIGNAR como responsável pelo acompanhamento e fiscalização de contratos de execução de serviços e fornecimentos a cargo desta Coordenadoria de Fomento ao Saneamento Rural – CFSR o senhor Joaquim Antônio de Noronha, CPF: 133.279.923-04 Matrícula Funcional 806967-X, com as atribuições previstas nos artigos 3º e 4º do Decreto Estadual Nº 15.093 de 21 de fevereiro de 2013:.

Parágrafo único. Cumulativamente, o servidor ficará responsável pelo acompanhamento e fiscalização da aplicação de Suprimento de Fundos concedidos para esta Coordenadoria, bem como fará a análise da prestação de contas interna dos tomadores, e demais encargos elencados nos artigos 16 e 17 do Decreto Estadual Nº 15.226 de 13 de Outubro de 2015.

Art. 3º. CIENTIFICAR que responderá, perante os órgãos competentes, o fiscal de contrato que atestar a prestação de serviços em desacordo com as leis, as normas, regimentos e o respectivo contrato.

Art. 4º. O acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos obedecerão ao disposto na Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, no Decreto Estadual Nº 15.093 de 21 de fevereiro de 2013.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Comunique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se

Teresina-PI, 05 de Março de 2018

GILBERTO GOMES DE MEDEIROS
Coordenadoria de Fomento ao Saneamento Rural-CFSR
Coordenador-Geral

Of. 025



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE DO SECRETÁRIO

Portaria nº 12.000-038/GS/2018

Teresina, 05 de março de 2018.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 109 da Constituição do Estado do Piauí;

CONSIDERANDO o disposto no art. 144, §4º, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o regramento contido no art. 4º e seguintes do código de Processo Penal;

CONSIDERANDO que os crimes dolosos contra a vida são os que causam maior clamor público, e, entre eles, o de maior eco social é o homicídio. Portanto, a necessidade de dar maior celeridade a investigação desse delito e, por conseguinte uma resposta satisfatória a sociedade;

CONSIDERANDO a narrativa materializada no Boletim de Ocorrência Nº 277895.000093/2017-15, registrado na Delegacia Regional de Corrente – PI, noticiando o encontro de cadáver próximo ao Parque de Vaquejada do Município de Riacho Frio – PI, por volta das 05:30 horas da manhã do dia 08.10.2017, identificado como sendo o corpo de: MARIANA ALENCAR ABRANTES, adolescente, residente naquele município, vítima de crime de homicídio.

CONSIDERANDO a Instauração do Inquérito Policial nº 010.327/2017, ainda em trâmite na Delegacia de Polícia Circunscrição;

RESOLVE:

DESIGNAR, em caráter especial, FRANCISCO DAS CHAGAS SANTOS COSTA, Delegado de Polícia, Classe especial, para desempenhar procedimentos investigatórios e todos os demais atos inerentes à atividade de Polícia Judiciária na cidade de Corrente-PI e municípios circunvizinhos, podendo para tanto realizar todos os atos legais para o fiel cumprimento desta portaria, até ulterior deliberação.

CIENTIFIQUE-SEE CUMPRE-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, EM TERESINA-PI, 05 DE MARÇO DE 2018.

Fábio Abreu Costa
Secretário de Segurança Pública

Of. 242



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº. 12.000-039/GS/2018

Teresina (PI), 05 de março de 2018.

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições previstas no art.109, incisos I e II da Constituição do Estado do Piauí e art.8º, incisos I e II, da Lei Complementar nº28 de 09.06.03 e

Considerando teor da Portaria nº064/GS/2015, de 02.03.15, publicada no DOE nº 41, de 04.03.15, p.3 que instituiu, no âmbito da Polícia Civil, o Núcleo Policial Investigativo de Femicídio, diretamente subordinado ao gabinete do (a) Secretário (a) de Segurança Pública com competência para apuração do crime intitulado Femicídio;

Considerando relato do Núcleo de Estatística e Análise Criminal desta Secretaria dando conta de que os feminicídios ocorridos no ano de 2017 se deram prevalentemente no interior do Estado (75% dos casos);

Considerando que o Núcleo de Estudo e Pesquisa em Violência de Gênero desenvolveu Metodologia Investigatória na Perspectiva de Gênero, assim como Protocolos Investigatórios a serem aplicados nos casos de Crimes Violentos Letais Intencionais Femininos;

Considerando a necessidade de se interiorizar as investigações dos casos de feminicídio para as unidades policiais do interior em razão do princípio da única oportunidade na coleta de vestígios e meios de prova indispensáveis à apuração do fato;

Considerando que a capital, em números absolutos e com base nas estatísticas criminais do Núcleo de Estatística e Análise Criminal SSP/PI, concentra maior parte dos casos de feminicídios tentados e consumados;

Considerando a necessidade de se ampliar o atendimento de local de CVLI feminino em Teresina, com a mesma expertise da Delegacia de Homicídios, porém adotando-se a perspectiva de gênero,

RESOLVE:

1. DELIMITAR as atribuições do Núcleo Policial Investigativo de Femicídio da seguinte forma:

- 1.1.** Competência privativa para apuração de Crimes Violentos Letais Intencionais Femininos – CVLIF na capital;
- 1.2.** Competência para monitorar e acompanhar casos de Femicídios consumados e tentados ocorridos em áreas territoriais diversas da capital podendo a autoridade policial titular do Núcleo Policial Investigativo de Femicídio avocar as atribuições investigativas quando entender necessário.

§ ÚNICO: A equipe policial do Núcleo Policial Investigativo de Femicídio integrará a escala de plantão da Delegacia de Homicídios da capital para atendimento a local de crime como forma de ampliar o atendimento dos casos de CVLIF nela ocorridos.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogue-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Teresina, 05 de março de 2018.

FÁBIO ABREU COSTA
Secretário de Segurança Pública
Of. 243



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS
DO PIAUÍ - CEPRO

PORTARIA Nº 019/2018

Teresina(PI), 15 de Fevereiro de 2018.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ – CEPRO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – Conceder, de acordo com o Art. 91 da Lei Complementar nº 13 de 03.01.94, à funcionária desta Fundação, **Maria do Livramento Costa Cerqueira**, ocupante do cargo de Assistente de Pesquisa, Classe III, Padrão “E”, matrícula nº 005813-X, estatutária, 45 (quarenta e cinco) dias de Licença Prêmio por assiduidade relativa ao quinquênio 01/05/86 a 01/05/91), a qual deverá ser gozada integralmente no período de 19/02/2018/ a 04/04/2018.

I – Os efeitos desta Portaria entrarão em vigor a partir de 19/02/2018.

Cientifique-se
Cumpra-se

Antônio José Castelo Branco Medeiros

PRESIDENTE

PORTARIA Nº 025/2018

Teresina(PI), 21 de Fevereiro de 2018.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ – CEPRO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – Conceder, de acordo com o Art. 91 da Lei Complementar nº 13 de 03.01.94, à funcionária desta Fundação, **Sônia Maria Fernandes Soares**, ocupante do cargo de Analista Pesquisador, Classe III, Padrão “E”, matrícula nº 006177-8, estatutária, 45 (quarenta e cinco) dias de Licença Prêmio por assiduidade relativa ao quinquênio 01/04/91 a 01/04/96 a qual deverá ser gozada integralmente no período de 02/04/2018 a 16/05/2018.

II – Os efeitos desta Portaria entrarão em vigor a partir de 02/04/2018.

Cientifique-se
Cumpra-se

Antônio José Castelo Branco Medeiros

PRESIDENTE

PORTARIA Nº 022/2018

Teresina(PI), 16 de Fevereiro de 2018.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ – CEPRO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – Conceder, de acordo com o Art. 91 da Lei Complementar nº 13 de 03.01.94, ao funcionário desta Fundação, **Francisco das Chagas Lacerda Formiga**, ocupante do cargo de Analista Pesquisador, Classe III, Padrão “D”, matrícula nº 005755-0, estatutário, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por assiduidade relativa ao quinquênio 13/04/2007 a 13/04/2012 (qualificação) a qual deverá ser gozada integralmente no período de 19/02/2018 a 18/08/2018.

II – Os efeitos desta Portaria entrarão em vigor a partir de 19/02/2018.

Cientifique-se
Cumpra-se

Antônio José Castelo Branco Medeiros

PRESIDENTE

Of. 047



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAPI
GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA GAB/SESAPI Nº 331, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **SUELY OLIVEIRA DE MIRANDA ROCHA**, Matrícula 287844-5, CPF nº 274.505.113-04, para exercer a função de **PREGOEIRA**, nos procedimentos licitatórios a serem realizados sob a modalidade Pregão, nesta Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, bem como os membros da equipe de apoio, quais sejam:

- MARIA DO LIVRAMENTO DE OLIVEIRASANTOS, Apoio, Matrícula 007167-6.
- LUCIANA SPINDOLA MONTEIRO TOUSSAINT, Apoio, Matrícula nº 207188-6

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor com data retroativa à 10 de novembro de 2016, data do término da Portaria anterior.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ,
TERESINA, 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

CIENTIFIQUE-SE,
CUMPRE-SE,
PUBLIQUE-SE,

Atenciosamente

FLORENTINO ALVES VERAS NETO
Secretário de Estado da Saúde do Piauí

PORTARIA GAB/SESAPI Nº 332, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **MARIA DO LIVRAMENTO DE OLIVEIRA SANTOS**, Matrícula 007167-6, CPF nº 338.286.103-82, para exercer a função de **PREGOEIRA**, nos procedimentos licitatórios a serem realizados sob a modalidade Pregão, nesta Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, bem como os membros da equipe de apoio, quais sejam:

- SUELY OLIVEIRA DE MIRANDA ROCHA, Apoio, Matrícula 287844-5.
- LUCIANA SPINDOLA MONTEIRO TOUSSAINT, Apoio, Matrícula nº 207188-6

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor com data retroativa à 10 de novembro de 2016, data do término da Portaria anterior.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ,
TERESINA, 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

CIENTIFIQUE-SE,
CUMPRE-SE,
PUBLIQUE-SE.

FLORENTINO ALVES VERAS NETO
Secretário de Estado da Saúde do Piauí

Of. 618



PORTARIA Nº 072/2018-GDG - DETRAN/PI

Teresina-PI, 05 de março de 2018.

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO PIAUÍ – DETRAN/PI, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Delegada Estadual nº80, de 01/12/1972, com alteração das Leis Delegadas nº 105 de 10.01.1974 e 125, de 30.05.1974 e do Decreto Estadual nº 7.766, de 10 de novembro de 1989, e 22, III, e X, da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997;

Considerando os termos do Parecer nº 64/2018, exarado pela Procuradoria Jurídica do Detran/PI em 26 de janeiro de 2018, nos autos do Processo nº 0230/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - RENOVAR o CREDENCIAMENTO da Empresa R. MEDEIROS E SILVA LTDA – ME, AUTOESCOLA CELESTE CNPJ/MF nº 14.532.480/0001-46, situada à Rua José Moita, nº 50, Bairro São Sebastião, CEP: 64.120-000, União-PI, por um período de 01 (um) ano, a contar da data de sua publicação.

Art. 2º - Reconhecer como seus representantes:

Proprietários: Yuri Lima Medeiros e Radriel da Silva Medeiros
Diretor Geral: Radriel da Silva Medeiros
Diretor de Ensino: Ariene Pereira Delmondes
Instrutores Teórico e Prático: Marcelino Sales de Oliveira, Radriel da Silva Medeiros, Domingos Medeiros de Figueredo Neto

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, Publique-se e Cumpra-se.

Arão Martins do Rêgo Lobão
Diretor Geral do DETRAN/PI

Of. 117

GOVERNO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
DIRETORIA DA UNIDADE DE GESTÃO DO SUAS – DUGSUAS
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ



RESOLUÇÃO Nº 05 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe a aprovação do Plano de Ação do Programa Criança Feliz – PI 2018.

O COMITÊ GESTOR ESTADUAL DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ - PIAUÍ, em reunião no dia 19 de fevereiro de 2018, no horário de 10:00h às 12:00h, no auditório da Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania – SASC, localizado na Rua Acre, 340, Bairro Cabral, Teresina – Piauí,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade o Plano de Ação do Programa Criança Feliz no Piauí, referente ao ano de 2018.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Teresina, de 22 de fevereiro de 2018.

Rosângela Maria Sobrinho Sousa
Coordenadora do Programa Criança Feliz

Of. 150



PORTARIA Nº 006/18, DE 02 DE MARÇO DE 2018

Dispensar a servidora CILENE MORAES DE CARVALHO

O SECRETÁRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar a servidora CILENE MORAES DE CARVALHO, matrícula nº 051286-9, da função gratificada de Supervisor II, símbolo DAI-5.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no Diário Oficial do Estado.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se

JOSÉ RIBAMAR NOLETO DE SANTANA
Secretário
Of. 187



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA GAB. SEADPREV. Nº. 059/18

Teresina (PI), 01 de março de 2018

Designa servidor para supervisionar a execução do contrato administrativo que específica, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PIAUÍ, com base no art. 35, caput, e inciso X da Lei Complementar estadual nº 28, de 09 de junho de 2003, e, CONSIDERANDO que o contrato deve ser executado fielmente pela parte, de acordo com suas cláusulas as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor abaixo relacionado, para supervisionar a execução do objeto do contrato abaixo elencado, celebrado por esta Secretaria de Administração e Previdência do Estado do Piauí na condição de contratante, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, podendo exigir da empresa contratada NTC - TREINAMENTOS, EVENTOS E SERVIÇOS LTDA, quaisquer informações necessárias para o fiel cumprimento do aqui determinado.

Nº CONTRATO	EMPRESA	FISCAL	Nº DE MATRÍCULA	LOTAÇÃO	OBJETO
45/2017	NTC - TREINAMENTOS, EVENTOS E SERVIÇOS LTDA.	ANDRÉIA NÁDIA LIMA DE SOUSA PESSOA CPF: 564.981.403-25 TELEFONE: (86) 99917-0003 EMAIL: andreianadia@bol.com.br	268870-X	SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS/SEADPREV	EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR O CURSO DE "COMO PLANEJAR, LICITAR, CONTRATAR E FISCALIZAR A TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - AS INOVAÇÕES DA IN Nº 05/2017 E DA LEI Nº 13.429/17, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO CONTRATUAL, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PIAUÍ.

Art. 2º O servidor designado poderá determinar a adoção de providências a CONTRATADA, com o objetivo de corrigir possíveis inexecuções na execução do objeto deste contrato.

Art. 3º A existência da fiscalização por parte do servidor designado de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da CONTRATADA, em relação ao seu respectivo contrato, na prestação do serviço ora assumido.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA
Secretário de Administração e Previdência

PORTARIA GAB. SEADPREV. Nº. 061/18

Teresina (PI), 02 de março de 2018

Designa servidores para supervisionar a execução do contrato administrativo que específica, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PIAUÍ, com base no art. 35, caput, e inciso X da Lei Complementar estadual nº 28, de 09 de junho de 2003, e, CONSIDERANDO que o contrato deve ser executado fielmente pela parte, de acordo com suas cláusulas as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para supervisionar a execução do objeto do contrato abaixo elencado, celebrado por esta Secretaria de Administração e Previdência do Estado do Piauí na condição de contratante, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, podendo exigir da empresa contratada MONEY TURISMO EIRELI - EPP, quaisquer informações necessárias para o fiel cumprimento do aqui determinado.

Nº CONTRATO	EMPRESA	FISCAL	Nº DE MATRÍCULA	LOTAÇÃO	OBJETO
46/2017	MONEY TURISMO EIRELI - EPP.	FILOMENA LOPES SANTOS CPF: 328.192.263-53 TELEFONE: (86) 99431-6545 EMAIL: fsantos@yahoo.com.br	089602-X	GERÊNCIA FINANCEIRA	EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMISSÃO E AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS.
		FRANCISCA LEITE DE OLIVEIRA SOUSA CPF: 227.548.493-00 TELEFONE: (86) 93219-5111 EMAIL: francyleite@hotmail.com	001055-3	APOIO DO GABINETE - SEADPREV	

Art. 2º Os servidores designados poderão determinar a adoção de providências a CONTRATADA, com o objetivo de corrigir possíveis inexecuções na execução do objeto deste contrato.

Art. 3º A existência da fiscalização por parte dos servidores designados de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da CONTRATADA, em relação ao seu respectivo contrato, na prestação do serviço ora assumido.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA
Secretário de Administração e Previdência

Of. 395



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
GABINETE DA REITORIA



EXTRATO DE PORTARIAS

PORTARIA Nº 315, de 08 de fevereiro de 2018

O Reitor, no uso das atribuições legais que lhe confere o Estatuto da Universidade Estadual,

RESOLVE:

I - Designar os servidores, a seguir relacionados, para comporem a Comissão

Permanente de Licitação - CPL:

Matrícula	Membro	Função
027032-6	Cândida Helena de Alencar Andrade	Presidente
000805-2	Francisco Leomar da Silva	Secretário
027336-8	Deuzamar Araújo Siqueira	Membro
177331-3	Francisco Alberto Vieira	Membro
027305-8	João Bosco Barbalho Costa Júnior	Membro

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua emissão, retroagindo seus efeitos a contar de 01/02/2018.

Teresina, 05 de março de 2018.

NOUGA CARDOSO BATISTA
Reitor

EXTRATO DE PORTARIAS

PORTARIA Nº 463, de 27 de fevereiro de 2018 - Exonerar **JOÃO BOSCO BARBALHO COSTA JÚNIOR**, matrícula nº 027305-8, do cargo de Assessor Técnico II, da Comissão Permanente de Licitação – CPL, Símbolo DAS-3. Esta Portaria entra em vigor na data de sua emissão, retroagindo seus efeitos a contar de 01/02/2018.

PORTARIA Nº 464, de 27 de fevereiro de 2018 - Designar **JOÃO BOSCO BARBALHO COSTA JÚNIOR**, matrícula nº 027305-8, para exercer a função gratificada de Auxiliar de Secretaria, Símbolo DAI-7, da Editora e Gráfica. Esta Portaria entra em vigor na data de sua emissão, retroagindo seus efeitos a contar de 01/02/2018.

PORTARIA Nº 465, de 27 de fevereiro de 2018 - Nomear **RAMON TELES MADEIRA CAMPOS**, para exercer o cargo de Assessor Técnico II, da Comissão Permanente de Licitação – CPL, Símbolo DAS-3. Esta Portaria entra em vigor na data de sua emissão, retroagindo seus efeitos a contar de 29/01/2018.

Teresina, 05 de março de 2018.

NOUGA CARDOSO BATISTA
Reitor

EXTRATO DE PORTARIAS

PORTARIA Nº 492, de 05 de março de 2018 - Exonerar, a pedido, **ANTONIO DA SILVA SOARES JÚNIOR**, matrícula nº 269423-9, da função gratificada de Auxiliar de Secretaria, Símbolo DAI-7, da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROP.

PORTARIA Nº 493, de 05 de março de 2018 - Exonerar **LIA RAQUEL ROCHA SANTOS**, matrícula nº 177295-3, da função gratificada de Recepcionista da Reitoria, Símbolo DAI-6.

PORTARIA Nº 494, de 05 de março de 2018 - Designar **LIA RAQUEL ROCHA SANTOS**, matrícula nº 177295-3, para exercer a função gratificada de Auxiliar de Secretaria, Símbolo DAI-7, da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROP.

PORTARIA Nº 495, de 05 de março de 2018 - Designar **TÂNIA MARIA FONTES DE SOUSA CARVALHO**, matrícula nº 177340-2, para exercer a função gratificada de Recepcionista da Reitoria, Símbolo DAI-6.

Teresina, 05 de março de 2018.

NOUGA CARDOSO BATISTA
Reitor
Of. 041

LICITAÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

EXTRATO DO CONTRATO 02/2018

PROCESSO: AA.130.1.005186/17-00

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e no que consta no Processo Administrativo.

CONTRATANTE: Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí

CNPJ: 12.176.046/0001-45

CONTRATADA: POCOS E CIALTDA

CNPJ: 00.990.693/0001-07

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica com fulcro a perfuração de dois poços artesanais, localizados na Barra da vereda I e Barra da vereda II, no município de Corrente-PI.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses

PRAZO DE EXECUÇÃO: 150 dias

DATADA ASSINATURA: 18 de janeiro de 2017.

VALOR GLOBAL: R\$129.049,98 (cento e vinte e nove mil, quarenta e nove reais e noventa e oito centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa de Trabalho: 28.101.18.542.0017.2136

Elemento de Despesa: 44.90.51;

Fonte de Recurso: 118

SIGNATÁRIOS: Luiz Henrique Sousa de Carvalho- Secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí e Marcus Brandão Melo- Sócio Administrador da empresa.

Of. 139

EXTRATO DO CONTRATO 03/2018

PROCESSO: AA.130.1.000476/17-66

TOMADA DE PREÇOS Nº: 03/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e no que consta no Processo Administrativo.

CONTRATANTE: Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado do Piauí

CNPJ: 12.176.046/0001-45

CONTRATADA: GALUMA ENGENHARIA LTDA.

CNPJ: 03.279.121/0001-02

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia especializada na Limpeza da Lagoa de São Francisco do Piauí.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses

PRAZO DE EXECUÇÃO: 150 dias

DATADA ASSINATURA: 18 de janeiro de 2018.

VALOR GLOBAL: R\$206.578,90 (duzentos e seis mil quinhentos e setenta e oito reais e noventa centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa de Trabalho: 28.101.18.542.0017.2136

Elemento de Despesa: 33.90.39;

Fonte de Recurso: 118

SIGNATÁRIOS: Luiz Henrique Sousa de Carvalho- Secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí e Marcos José Craveiro Moreira - Sócio Administrador da empresa

Of. 140



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO – SETUR

EXTRATO DO CONTRATO 10/2018

EXTRATO DO CONTRATO 01/2018
CONTRATO: Nº 01/2018
NUMERO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO: 01/2018
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Inexigibilidade
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93
CONTRATANTE: Secretaria de Estado de Turismo do Piauí
CNPJ DO CONTRATANTE: 08.783.132/0001-49
CONTRATADO: JCF Entretenimentos Artísticos Ltda
CNPJ DO CONTRADO: 18.613.378/0001-26
RESUMO DO OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa para apresentação artística realizada em evento voltado à promoção do turismo realizado por esta Secretaria, no município de São João do Piauí.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 26/01/2019.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 26/01/2018.
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 26/01/2018
VALOR GLOBAL: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 23695162.324
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39
FONTE DE RECURSOS: 100
SIGNATÁRIOS DO CONTRATO: Flávio Rodrigues Nogueira Júnior, pela Secretária de Estado do Turismo – SETUR e João Almeida Ferraz pela JCF Entretenimentos..

FLÁVIO RODRIGUES NOGUEIRA JÚNIOR
Secretário de Estado de Turismo

EXTRATO DO CONTRATO 08/2018

CONTRATO: Nº 08/2018
NUMERO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO: 06/2018
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Inexigibilidade
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93
CONTRATANTE: Secretaria de Estado de Turismo do Piauí
CNPJ DO CONTRATANTE: 08.783.132/0001-49
CONTRATADO: JSL Produções Ltda
CNPJ DO CONTRADO: 11.365.174/0001-74
RESUMO DO OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa para apresentações artísticas realizadas em evento voltado à promoção do turismo realizado por esta Secretaria, no município de Joca Marques.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 09/02/2019.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 09 a 13/02/2018.
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 09/02/2018
VALOR GLOBAL: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 23695162.324
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39
FONTE DE RECURSOS: 100 / Dep. Janaina Marques
SIGNATÁRIOS DO CONTRATO: Flávio Rodrigues Nogueira Júnior, pela Secretária de Estado do Turismo – SETUR e João Eduardo Silva e Lima pela JSL Produções Ltda.

FLÁVIO RODRIGUES NOGUEIRA JÚNIOR
Secretário de Estado de Turismo

CONTRATO: Nº 10/2018
NUMERO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO: 08/2018
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Inexigibilidade
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93
CONTRATANTE: Secretaria de Estado de Turismo do Piauí
CNPJ DO CONTRATANTE: 08.783.132/0001-49
CONTRATADO: Rodrigues Produções Musicais Ltda
CNPJ DO CONTRADO: 24.180.133/0001-55
RESUMO DO OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa para apresentação artística realizada em evento voltado à promoção do turismo realizado por esta Secretaria, no município de Joca Marques.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 10/02/2019.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 10/02/2019.
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 09/02/2018
VALOR GLOBAL: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 23695162.324
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39
FONTE DE RECURSOS: 100 / Dep. Janaina Marques
SIGNATÁRIOS DO CONTRATO: Flávio Rodrigues Nogueira Júnior, pela Secretária de Estado do Turismo – SETUR e Jerdânia de Sousa Santos pela Rodrigues Produções Ltda.

FLÁVIO RODRIGUES NOGUEIRA JÚNIOR
Secretário de Estado de Turismo

EXTRATO DO CONTRATO 209/2017

CONTRATO: Nº 209/2017
NUMERO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO: 180/2018
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Inexigibilidade
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93
CONTRATANTE: Secretaria de Estado de Turismo do Piauí
CNPJ DO CONTRATANTE: 08.783.132/0001-49
CONTRATADO: E. A. P. Produções e Eventos Ltda
CNPJ DO CONTRADO: 20.956.186/0001-64
RESUMO DO OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa para apresentação artística realizada em evento voltado à promoção do turismo realizado por esta Secretaria.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 26/01/2019.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 12/09/2017.
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 26/01/2018
VALOR GLOBAL: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 23695162.324
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39
FONTE DE RECURSOS: 100
SIGNATÁRIOS DO CONTRATO: Flávio Rodrigues Nogueira Júnior, pela Secretária de Estado do Turismo – SETUR e Everton Aparecida de Alencar pela E. A. P. Produções e Eventos Ltda.

FLÁVIO RODRIGUES NOGUEIRA JÚNIOR
Secretário de Estado de Turismo



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO – SETUR

EXTRATO DO CONTRATO 24/2018

CONTRATO: Nº 24/2018
NUMERO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2015 SEDUC-PI-LIBERAÇÃO Nº 0083/2018 (DL/SEADPREV – PI).
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Sistema de Registro de Preços Nº 004/2016 SEDUC-PI
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93
CONTRATANTE: Secretaria de Estado de Turismo do Piauí
CNPJ DO CONTRATANTE: 08.783.132/0001-49
CONTRATADO: Sousa Campelo Transportes Ltda. - ME
CNPJ DO CONTRATADO: 10.644.834/0001-93
RESUMO DO OBJETO DO CONTRATO: Contratação de serviços de Locação de Veículos, conforme lote 23.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (meses) contados a partir do primeiro dia útil após o recebimento da correspondente Ordem de Fornecimento.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (meses) dias contados a partir do primeiro dia útil após o recebimento da correspondente Ordem de Fornecimento.
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 01/03/2018
VALOR MENSAL: R\$ 31.600,00 (trinta e um mil e seiscentos reais).
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2000
NATUREZA DE DESPESA: 339039
FONTE DE RECURSOS: 01000001001
SIGNATÁRIOS DO CONTRATO: Flávio Rodrigues Nogueira Júnior, pela SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DO PIAUÍ – SETUR e Gilberto Campelo Lima pela empresa SOUSA CAMPELO TRANSPORTES LTDA-ME.

FLÁVIO RODRIGUES NOGUEIRA JÚNIOR
Secretário de Estado de Turismo

Of. S/Nº



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2018

NÚMERO DO PROCESSO: 0045393/2015;
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Concorrência Nacional nº 009/2017
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Decreto Estadual nº 15.093, 21/02/2013, e IN/CGE nº 001/2013.
CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Educação do Piauí – SEDUC/PI
CNPJ DO CONTRATANTE: 06.554.729/0001-96
CONTRATADO: Construtora Barreto LTDA
CNPJ DO CONTRATADO: 07.561.615/0001-36
OBJETO: Reforma da U.E. Martinho Vieira em Patos do Piauí.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/18
PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 (cento e oitenta) dias
DATA DA ASSINATURA: 21 de fevereiro de 2018.
VALOR GLOBAL: R\$ 792.505,08 (setecentos e noventa e dois mil quinhentos e cinco reais e oito centavos)
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 14102
NATUREZA DE DESPESA: 4.4.90.51
FONTE DE RECURSOS: 00
SIGNATÁRIOS: Rejane Ribeiro Sousa Dias – Secretária de Estado da Educação do Piauí. Maria Barreto de Souza – Responsável

Of. 172



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAPI
HOSPITAL ESTADUAL NORBERTO MOURA

AVISO DE LICITAÇÃO

O HOSPITAL ESTADUAL NORBERTO MOURA - HENM, comunica e torna público aos interessados que realizará o **Pregão Presencial nº 001/2018**, que tem como objeto a Contratação de empresa para fornecimento de medicamentos e material hospitalar, para atender a demanda do Hospital Estadual Norberto Moura, no dia 16 de março de 2018, às 08:00 horas. Valor Estimativo: R\$ 945.466,41 (novecentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e quarenta e um centavos). Fonte de Recurso: Tesouro Estadual. Maiores informações no setor de licitações (CPL) do HENM, situado na Avenida Benício Alves da Silva, 577, Centro, Ce: 64.325-000, Elesbão Veloso - PI, no horário de 08:00 às 12:00 horas. E-mail: hopelesbaoveloso@hotmail.com. Telefone: (86) 3285-1133.

Elesbão Veloso - PI, 05 de março de 2018.

Hyézio de Moura Nunes
Diretor Geral do HENM

AVISO DE LICITAÇÃO

O HOSPITAL ESTADUAL NORBERTO MOURA - HENM, comunica e torna público aos interessados que realizará o **Pregão Presencial nº 002/2018**, que tem como objeto a Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios (perecíveis e não perecíveis), polpas, laticínios e hortifrúts para atender a demanda do Hospital Estadual Norberto Moura, no dia 16 de março de 2018, às 10:00 horas. Valor Estimativo: R\$ 504.743,25 (quinhentos e quatro mil, setecentos e quarenta e três reais e vinte e cinco centavos). Fonte de Recurso: Tesouro Estadual. Maiores informações no setor de licitações (CPL) do HENM, situado na Avenida Benício Alves da Silva, 577, Centro, Ce: 64.325-000, Elesbão Veloso - PI, no horário de 08:00 às 12:00 horas. E-mail: hopelesbaoveloso@hotmail.com. Telefone: (86) 3285-1133.

Elesbão Veloso - PI, 05 de março de 2018.

Hyézio de Moura Nunes
Diretor Geral do HENM

AVISO DE LICITAÇÃO

O HOSPITAL ESTADUAL NORBERTO MOURA - HENM, comunica e torna público aos interessados que realizará o **Pregão Presencial nº 003/2018**, que tem como objeto a Contratação de empresa para fornecimento de combustível para o Hospital Estadual Norberto Moura, no dia 16 de março de 2018, às 12:00 horas. Valor Estimativo: R\$ 153.100,00 (cento e cinquenta e três mil e cem reais). Fonte de Recurso: Tesouro Estadual. Maiores informações no setor de licitações (CPL) do HENM, situado na Avenida Benício Alves da Silva, 577, Centro, Ce: 64.325-000, Elesbão Veloso - PI, no horário de 08:00 às 12:00 horas. E-mail: hopelesbaoveloso@hotmail.com. Telefone: (86) 3285-1133.

Elesbão Veloso - PI, 05 de março de 2018.

Hyézio de Moura Nunes
Diretor Geral do HENM

Of. 010



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAPI
HOSPITAL REGIONAL TIBÉRIO NUNES

O Hospital Regional Tibério Nunes vem ratificar as publicações abaixo:

Processo nº 94/2018 - Dispensa de licitação nº 90/2018
Empresa: JORGE BATISTA Objeto: Material de limpeza
Valor 1.699,20 Fundamentação: Art.24, inc. IV da Lei 8.666/93

Processo nº 81/2018 - Dispensa de licitação nº 77/2018
Empresa: CENTROMED Objeto: Material Hospitalar
Valor 787,50 Fundamentação: Art.24, inc. IV da Lei 8.666/93

Processo nº 95/2018 - Dispensa de licitação nº 91/2018
Empresa: DISPALIMP Objeto: Acessório de limpeza
Valor 25.019,39 Fundamentação: Art.24, inc. IV da Lei 8.666/93

Processo nº 96/2018 - Dispensa de licitação nº 92/2018
Empresa: DISPALIMP Objeto: EPI'S
Valor 10.954,56 Fundamentação: Art.24, inc. IV da Lei 8.666/93

Processo nº 97/2018 - Dispensa de licitação nº 93/2018
Empresa: DISPALIMP Objeto: Equipamento de limpeza
Valor 38.207,77 Fundamentação: Art.24, inc. IV da Lei 8.666/93

Processo nº 92/2018 - Dispensa de licitação nº 88/2018
Empresa: SAÚDE E VIDA Objeto: Material Hospitalar
Valor 450,00 Fundamentação: Art.24, inc. IV da Lei 8.666/93

Of. 032



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO PIAUÍ - FAPEPI

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 9912367518/2014

CONTRATO Nº 9912367518/2014
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO PIAUÍ - FAPEPI.
CONTRATADA: ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
OBJETO DO ADITAMENTO: O presente termo aditivo visa a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses, a partir do dia 17/12/2017 até 17/12/2018.
DATA DA ASSINATURA: 10/12/2017.
ASSINAM: Francisco Guedes Alcoforado Filho (contratante) e Eurides Francisca Messias Alves da Silva (contratada).

Of. 058

AVISO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2018

Processo Administrativo A.A.110.1.000562/16-140 presidente da FAPEPI torna pública a Ratificação e Homologação da **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2018**. Processo administrativo A.A.110.1.000562/16-14 cujo fundamento legal é o art. 25, inciso I da lei 8.666/93. Favorecido: **FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA DA UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS (FUNDEP)**. Objeto a ser contratado: licenciamento, a título oneroso, sem exclusividade, pela CONTRATADA à CONTRATANTE, dos direitos para uso referente ao software intitulado "SOMOS", depositado junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI sob o número 1412000239-5, em 04.10.2012, doravante denominado TECNOLOGIA, bem como o licenciamento do direito de uso da marca "SOMOS" registrada junto ao INPI sob o nº 905346890 em 06.06.2013, doravante denominada MARCA. Valor global: R\$ **37.800,00 (Trinta e sete mil e oitocentos reais)**. Cobertura orçamentária: Natureza: Natureza 339039, Fonte de Recursos: 0100001001. Autorizado e ratificado em 02 de março de 2018.

Francisco Guedes Alcoforado Filho
Presidente da FAPEPI

Of. 063



EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 06/2018
PROCESSO ADMIN. Nº 15105-105/2017 - CPL- CPCPR-PI
PROCESSO LICITATÓRIO TPNº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO NO MUNICÍPIO DE LAGOINHA-PI
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

BASE LEGAL: ART. 22, INCISO II DA LEI 8.666/93.
VIGÊNCIA: 299 DIAS (término 31/12/2018)
PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 DIAS
DATA DA ASSINATURA: 05/03/2018
CONTRATANTE: O ESTADO DO PIAUÍ, ATRAVÉS DA COORDENADORIA DO PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL - CPCPR, INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O Nº 27.431.461/0001-75.
CONTRATADA: CONSTRUTORA CRESCER LTDA, CNPJ nº 08.295.245/0001-03
VALOR: R\$ 798.365,94 (SETECENTOS E NOVENTA E OITO MIL, TREZENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS)
FONTE DE RECURSOS: CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 15105; FUNÇÃO 20, SUB FUNÇÃO 481, PROGRAMA 0022 PROJETO: 1758; NATUREZA DA DESPESA: 44.90.51.33 E FR - TESOURO ESTADUAL 116.
SIGNATÁRIOS: LEONARDO SOBRAL SANTOS, CPF nº 042.449.783-21 - CPCPR
ANTONIO ARAGÃO NETO CPF nº 066.196.143-53- CONSTRUTORA CRESCER

Of. 133

AVISO DE LICITAÇÃO Tomada de Preços Nº 011-2018 Processo Administrativo nº 15105.194/17

O ESTADO DO PIAUÍ através da COORDENADORIA DO PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL - CPCPR - por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo Menor Preço, tendo como objeto contratação de pessoa jurídica para construção de 8.292,00m² de pavimentação em paralelepípedo no município de Capitão Gervásio Oliveira-PI, na forma da Lei nº 8.666 de 21.06.93 e demais normas específicas ao caso. O início da sessão dar-se-á às 08:00 hs do dia 26 de março de 2018 - na sala de licitações da CPCPR, sito na Rua Gabriel Ferreira 155 - bairro Centro - Teresina - Piauí. Maiores informações na Comissão Permanente de Licitação da CPCPR, em todos os dias úteis, das 7:30 às 13:00 horas.

Publique-se

Teresina, PI, 06 de março de 2018.

Lasthênia Fontinelle S. de A. Freitas
Presidente da CPL

Leonardo Sobral Santos
Coordenador

Of. 137



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES – CPL/CPCPR-PI

**PROCESSO ADMIN. nº 15105-165/2017 – CPL- CPCPR-PI
PROCESSO LICITATÓRIO TP nº 04/2018**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE 6.990 M² DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIPEDO NO MUNICÍPIO DE COLÔNIA DO GURGUEIA-PI CONFORME DESCRITO NO ANEXO I DO EDITAL.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitações, vinculado à Coordenadoria do Programa de Combate a Pobreza Rural- CPCPR-PI, devidamente nomeada pela Portaria. nº 04/2017, após estudo circunstanciado do Processo Administrativo nº 15105-165/2017, bem como realização de todas as etapas internas e externas relacionadas ao procedimento licitatório – Tomada de Preços nº 04/2018, especialmente classificação objetiva das propostas, com fundamento em todas as disposições legais vigentes,

RESOLVE ADJUDICAR, o procedimento em favor da empresa:

EMPRESA	ITENS ADJUDICADOS
BS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-ME, CNPJ nº 26.767.222/0001-28	POR APRESENTAR MENOR PREÇO DA PRESENTE LICITAÇÃO. NO VALOR TOTAL DE R\$ 759.183,81 (SETECENTOS E CINQUENTA E NOVE MIL, CENTO E OITENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS);

DECIDE, ainda, fazer subida em devolução dos autos em submissão à necessidade de apreciação por parte da autoridade superior.

Sala da Comissão Permanente de Licitações da CPCPR-PI.

Teresina – PI, em 09 de fevereiro de 2018.

Lasthênia Fontinelle S. de A. Freitas
Presidente da CPL

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15105-165/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE 6.990 M² DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIPEDO NO MUNICÍPIO DE COLÔNIA DO GURGUEIA-PI CONFORME DESCRITO NO ANEXO I DO EDITAL

DATA DA SESSÃO: 07/02/2018

ADJUDICADA: BS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-ME, CNPJ nº 26.767.222/0001-28.

VALOR: R\$ 759.183,81 (SETECENTOS E CINQUENTA E NOVE MIL, CENTO E OITENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS)

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 09/02/2018

Comissão Permanente de Licitação – CPL/CPCPR

Of. 143

**PROCESSO ADMIN. nº 15105-165/2017 – CPL- CPCPR-PI
PROCESSO LICITATÓRIO TP nº 04/2018**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE 6.990 M² DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIPEDO NO MUNICÍPIO DE COLÔNIA DO GURGUEIA-PI CONFORME DESCRITO NO ANEXO I DO EDITAL.

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

O Coordenador do Programa de Combate a Pobreza Rural-PI, na forma da legislação vigente que trata sobre as Licitações e contratações administrativas e no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

HOMOLOGAR o procedimento licitatório, realizado sob a modalidade **Tomada de preço**, com o **OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE 6.990 M² DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIPEDO NO MUNICÍPIO DE COLÔNIA DO GURGUEIA - PI CONFORME DESCRITO NO ANEXO I DO EDITAL TP 04/2018**, com reunião ocorrida no dia **07/02/2018**, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação, após detida verificação do desenvolvimento das fases interna e externa relacionadas ao certame, em estrita observação do que vai descrito no Termo de Adjudicação, especialmente no que concerne a classificação e declaração dos vencedores, na forma ali prevista, acatando para tanto, a expectativa de direito gerada a favor da empresa **BS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-ME, CNPJ nº 26.767.222/0001-28**. Convoque-se a vencedora para assinar o Contrato.

Publique-se, cumpra-se e arquivem-se nos autos do processo.

Teresina – PI, 05 de março de 2018.

Leonardo Sobral Santos
Coordenador

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15105-165/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE 6.990 M² DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIPEDO NO MUNICÍPIO DE COLÔNIA DO GURGUEIA-PI CONFORME DESCRITO NO ANEXO I DO EDITAL

DATA DA SESSÃO: 07/02/2018

O COORDENADOR DA COORDENADORIA DO PROGRAMA DE COMBATE A POBREZA RURAL- CPCPR, VEM POR MEIO DE SUSAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI, HOMOLOGAR O CERTAME EM EPIGRAFE À **BS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-ME, CNPJ nº 26.767.222/0001-28**.

VALOR: R\$ 759.183,81 (SETECENTOS E CINQUENTA E NOVE MIL, CENTO E OITENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS).

DATADA HOMOLOGAÇÃO: 05/03/2018

Of. 144

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES – CPL/CPCPR-PI

**PROCESSO ADMIN. nº 15105-112/2017 – CPL- CPCPR-PI
PROCESSO LICITATÓRIO C nº 01/2018**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO 6.051 KM² DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE – CBUQ NO MUNICÍPIO DE ESPERANTINA - PI.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitações, vinculado à Coordenadoria do Programa de Combate a Pobreza Rural- CPCPR-PI, devidamente nomeada pela Portaria. nº 04/2017, após estudo



circunstanciado do Processo Administrativo n.º 15105-112/2017, bem como realização de todas as etapas internas e externas relacionadas ao procedimento licitatório – Concorrência n.º 01/2018, especialmente classificação objetiva das propostas, com fundamento em todas as disposições legais vigentes,

RESOLVE ADJUDICAR, o procedimento em favor da empresa:

EMPRESA	ITENS ADJUDICADOS
CONSTRUPLAN ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 02.071.591/0001-13	POR APRESENTAR MENOR PREÇO DA PRESENTE LICITAÇÃO. NO VALOR TOTAL DE R\$ 3.251.473,29 (TRÊS MILHÕES, DUZENTOS E CINQUENTA E UM MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS E VINTE E NOVE CENTAVOS);

DECIDE, ainda, fazer subida em devolução dos autos em submissão à necessidade de apreciação por parte da autoridade superior.

Sala da Comissão Permanente de Licitações da CPCPR-PI.

Teresina – PI, em 02 de março de 2018.

Lasthênia Fontinelle S. de A. Freitas
Presidente da CPL

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 01/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15105-112/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO 6.051 KM² DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE – CBUQ NO MUNICÍPIO DE ESPERANTINA - PI

DATA DA SESSÃO: 06/02/2018

ADJUDICADA: CONSTRUPLAN ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 02.071.591/0001-13
VALOR: 3.251.473,29 (TRÊS MILHÕES, DUZENTOS E CINQUENTA E UM MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS E VINTE E NOVE CENTAVOS)
DATA DA ADJUDICAÇÃO: 02/03/2018

Comissão Permanente de Licitação – CPL/CPCPR
Of. 150

PROCESSO ADMIN. nº 15105 -112/2017 – CPL- CPCPR-PI
PROCESSO LICITATÓRIO C nº 01/2018
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO 6.051 KM² DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE – CBUQ NO MUNICÍPIO DE ESPERANTINA - PI

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

O Coordenador do Programa de Combate a Pobreza Rural-PI, na forma da legislação vigente que trata sobre as Licitações e contratações administrativas e no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

HOMOLOGAR o procedimento licitatório, realizado sob a modalidade **Tomada de preço**, com o **OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO 6.051 KM² DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE – CBUQ NO MUNICÍPIO DE ESPERANTINA - PI CONFORME DESCRITO NO ANEXO I DO EDITAL C 01/2018**, com reunião ocorrida no dia **06/02/2018**, na sala de reuniões da

Comissão Permanente de Licitação, após detida verificação do desenvolvimento das fases interna e externa relacionadas ao certame, em estrita observação do que vai descrito no Termo de Adjudicação, especialmente no que concerne a classificação e declaração dos vencedores, na forma ali prevista, acatando para tanto, a expectativa de direito gerada a favor da empresa **CONSTRUPLAN ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 02.071.591/0001-13 no importe de R\$ 3.251.473,29 (TRÊS MILHÕES, DUZENTOS E CINQUENTA E UM MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS E VINTE E NOVE CENTAVOS)**. Convoque-se a vencedora para assinar o Contrato.

Publique-se, cumpra-se e arquite-se nos autos do processo.

Teresina – PI, 05 de março de 2018.

Leonardo Sobral Santos
Coordenador

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 01/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15105-112/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO 6.051 KM² DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE – CBUQ NO MUNICÍPIO DE ESPERANTINA - PI
DATA DA SESSÃO: 06/02/2018
O COORDENADOR DA COORDENADORIA DO PROGRAMA DE COMBATE A POBREZA RURAL- CPCPR, VEM POR MEIO DE SUSAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI, HOMOLOGAR O CERTAME EM EPIGRAFE À **CONSTRUPLAN ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 02.071.591/0001-13**.
VALOR: R\$ 3.251.473,29 (TRÊS MILHÕES, DUZENTOS E CINQUENTA E UM MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS E VINTE E NOVE CENTAVOS).
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 05/03/2018

Of. 151

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 06-18
Processo Administrativo nº 15105.233/17

O ESTADO DO PIAUÍ através da COORDENADORIA DO PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL-CPCPR - por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, do tipo MENOR PREÇO ADJUDICAÇÃO POR LOTE, tendo como objeto contratação de pessoa jurídica para CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO NOS MUNICÍPIO DE PAVUSSU, SÃO JOÃO BATALHA, BOA HORA E CAMPO LARGO DO PIAUÍ - PI, na forma da Lei nº 8.666 de 21.06.93 e demais normas específicas ao caso. O início da sessão da sessão dar-se-á às 08:00 hs do dia 09 de abril de 2018, na sala de licitações da CPCPR, sito na Rua Gabriel Ferreira 155 – bairro Centro - Teresina – Piauí. Maiores informações na Comissão Permanente de Licitação da CPCPR, em todos os dias úteis, das 7:30 às 13:00 horas.

Publique-se

Teresina, PI, 06 de março de 2018.

Lasthênia Fontinelle S. de A. Freitas
Presidente da CPL

Leonardo Sobral Santos
Coordenador

Of. 152



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
GABINETE DA REITORIA



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAPI

ERRATA DO EXTRATO PUBLICAÇÃO
Publicada no DOE Nº14, da 19/01/18 pág 72-78.

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12011/2017.

Conforme publicação do Termo de Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado do Professor Mauricio Andreson Ferreira Amorim (Campus CCHL), publicado no DOE nº 221 do dia 28 de novembro de 2017. **ONDE SE LÊ:** Lotado no Centro CCSA. **LEIA-SE:** Lotado no Centro CCHL.

INFORMAÇÕES: PRAD/DGP/DSTFUESPI.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01386/2018.

ATO: TERMO DE RESCISÃO DA RELAÇÃO CONTRATUAL.
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI. **CONTRATADA:** PROFESSORA FRANCISCA DIANA DA SILVA ARAÚJO. **OBJETO:** O Pró-Reitor da PRAD manifesta a anuência da rescisão do contrato a pedido da Professora Francisca Diana da Silva Araújo, os efeitos retroagirão a contar de 17 de fevereiro de 2018, nos termos da Cláusula Sétima, Alínea “f”, do Termo de Contrato, conforme prevê o Art. 5º, VI, da Lei Ordinária nº5.309, de 17 de julho de 2003. **SIGNATÁRIO:** PROFESSOR GERALDO EDUARDO DA LUZ JÚNIOR (Pró – Reitor – PRAD). **DATA DA ASSINATURA:** 20/02/2018. **INFORMAÇÕES:** PRAD/DGP/DST/FUESPI.

Of. 177



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ – IDEPI

**RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2018**

O ESTADO DO PIAUÍ, por intermédio do Instituto de Desenvolvimento do Piauí – IDEPI, através da Coordenadoria de Licitações, vinculada ao IDEPI, torna público aos interessados, a Comissão Permanente de Licitações instituída conforme portaria de nº 001/2018 IDEPI, após parecer do corpo técnico de engenharia do IDEPI avisa, o resultado das propostas de preços e resultado final da Tomada de Preços nº 003/2018, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução e implantação de 5.218,00 m² de pavimentação em paralelepípedo, Avenida José Elpidio Ramos, Rua Projetada I, Rua Projetada II e Rua Cícero Manoel, na sede do Município de Campo Grande do Piauí - PI, em que as proponentes habilitadas, 1ª Classificada: FRANKLIN ZANATTA VALERIO DO NASCIMENTO – EPP, apresentou proposta de preços no valor de R\$ 615.818,80 (seiscentos e quinze mil e oitocentos e dezoito reais e oitenta centavos) e 2ª Classificada: F G ARAUJO LEAL CONSTRUÇÕES DE EDIFÍCIOS – ME, apresentou a proposta de preços no valor de R\$ 617.420,31 (seiscentos e dezessete mil e quatrocentos e vinte reais e trinta e um centavos). A Ata e demais anexos, encontram-se à disposição dos interessados na sala da Coordenadoria de Licitações do IDEPI, sito a Rua Altos, 3541, Água Mineral, em Teresina-PI, Fone: (0XX86)3214-1016 e e-mail: idepi@gmail.com, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 13:30 horas. Avisa também que revogou a suspensão do referido certame. O Edital e seus elementos constitutivos estarão disponíveis para consulta e aquisição. Publique-se.

Teresina (PI), 28 de fevereiro, de 2018.

MARCILIO KALSON ALMEIDA OLIVEIRA
Coordenador de Licitações - IDEPI

GERALDO MAGELABARROS AGUIAR
Diretor Geral - IDEPI

Of. 173

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/17 – CPL/SESAPI
PROCESSO ADMINISTRATIVO AA900.1.011877/17-02
Objeto: Aquisição de materiais para os laboratórios de microbiologia (clínica e alimentar) destinados a atender às necessidades do setor de produtos e biologia molecular do LACEN-PI.

LOTE 03 - DISCOS DE ANTIBIÓTICOS
EMPRESA VENCEDORA: PRODLAB- RONALDO A. DA SILVA-ME

ONDE SE LÊ

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UND.	QUANT	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
23	Imipenem 10 mcg frasco c/50 discos.	LABORCIJN	Fr.	20	R\$ 25,00	R\$ 750,00

LEIA-SE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UND.	QUANT	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
23	Imipenem 10 mcg frasco c/50 discos.	LABORCIJN	Fr.	20	R\$ 25,00	R\$ 500,00

Of. 049



INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E
EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PIAUÍ



**AVISO ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018**

O INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO PIAUÍ – EMATER/PI, por meio da sua Comissão de Licitação, designada pela Portaria Nº. 002/2018, DOE nº. 13, de 18.01.2018, conforme documento contido no processo administrativo nº AA.039.1.000055/18- 01, torna público, para conhecimento dos interessados o adiamento da licitação na modalidade, **TOMADA DE PREÇOS, MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO, com EXECUÇÃO INDIRETA, sob o REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, em sessão pública fica adiada para o dia 19 de março de 2018, a partir das 09:00 hs (horário local), na sala de reunião da sede do EMATER/PI, objetivando a contratação de empresa especializada para perfuração, equipagem e instalação de 07 (sete) poços artesanais no Município de Canto do Buriti - Piauí, conforme edital e anexos, que se encontra à disposição dos interessados no site do TCE/PI, bem como na sede do INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO PIAUÍ – EMATER/PI com a Comissão de Licitação, das 07:30 às 13:30 horas, de segunda a sexta-feira.

Teresina/PI, 02 de Março de 2018.
MARCELO PEREIRA DA SILVA GUEDES
Presidente da CPL – EMATER/PI
MARCOS VINÍCIUS DO AMARAL OLIVEIRA
Diretor Geral do EMATER/PI

Of. 134



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA – SEINFRA

Extrato de prorrogação de prazo – 2018

Referencia: Convênio 67/2008 - Processo: Nº 16.514/08
Concedente: Estado do Piauí através da Secretaria da Infraestrutura
Conveniente: Município de Socorro - PI
Objeto do Convênio: Construção de 4.490,00 m² de Pavimentação em paralelepípedo, no município de Socorro do Piauí – PI.
Objeto do Aditamento: Prorrogação de ofício do prazo de vigência por mais 150 (cento e cinquenta) dias por ato administrativo.
Data da Assinatura: 05/03/2018
Assina: Janaina Pinto Marques – Secretária da Infraestrutura do Estado do Piauí.

Of. 161



AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico SRP Nº 004/2018

OBJETO: Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de confecção e cópia de chaves, confecção de carimbos automáticos e em madeira, para suprir as necessidades desta Defensoria Pública do Estado do Piauí na capital e no interior.

TIPO: Menor Preço

VALOR TOTAL: O valor total máximo admitido para a presente contratação é de **R\$ 13.320,00 (treze mil trezentos e vinte reais)**.

ENDEREÇO: www.licitacoes-e.com.br

EDITAL DISPONÍVEL: a partir de 06 de março de 2018.

Início do Acolhimento das Propostas: 06 de março de 2018, às 14:00 (horário de Brasília);

Abertura das Propostas: 20 de março de 2018, às 09:00 (horário de Brasília);

Data e Horário da Disputa: 20 de março de 2018, às 11:00 (horário de Brasília);

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.

CONTATO: (86) 3233-7407 e (86) 99476-5262, **bem como pelos e-mails:** cpldpe@hotmail.com e cpldpe@defensoria.pi.def.br.

Tuany de Sousa França
Pregoeira - DPE
Portaria GDFG nº 702/2017

Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes
Defensora Pública Geral

Of. 035

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO Ato Administrativo

CONTRATO DE ADESAO: CONTRATO MÚLTIPLO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E SERVIÇO E VENDA DE PRODUTOS REF. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 003/2018/DPE/PI.

Processo Administrativo nº 00435/2018/DPE/PI.

Contratante: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ.

CNPJ: 41.263.856/0001-37

Contratado: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS.

CNPJ: 34.028.316/0022-38

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviço e venda de produtos.

Valor total estimado por ano: 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais)

Vigência: a partir da data de assinatura por 60 (sessenta) meses.

Fundamento Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Data de Assinatura: 02 (dois) de março de 2018.

Signatários: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS

Maiores informações: Coordenadoria das Licitações e Contratos da Defensoria Pública do Estado do Piauí. Endereço: Rua Nogueira Tapety, 138, B. Noivos Teresina – PI ou pelo tel. (86) 99476-5262.

Of. 036

TERMO DE RETIFICAÇÃO

Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, na sala da Coordenação de Licitação e Contratos desta Defensoria Pública do Estado do Piauí, **RETIFICÓ**, em parte, o **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO** do Contrato nº 12/2018, constante no Diário Oficial do Estado nº 37, página 51, de 26 de fevereiro de 2018, no que se refere ao valor do

Contrato, logo, **ONDE SE LÊ:** valor total do contrato: **R\$ 263.804,00 (duzentos e sessenta e três mil e oitocentos e quatro reais)**, **LEIA-SE:** valor total do contrato: **R\$ 263.804,90 (duzentos e sessenta e três mil e oitocentos e quatro reais e noventa centavos)**.

Signatários: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ E A GAMA COMÉRCIO SERVIÇOS EQUIPAMENTOS E INFORMÁTICA LTDA.

Maiores informações: Coordenadoria das Licitações e Contratos da Defensoria Pública do Estado do Piauí. Endereço: Rua Nogueira Tapety, 138, B. Noivos Teresina – PI ou pelo tel. (86) 99476-5262.

Of. 037



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 001/2017

Nome do Contratante: COORDENADORIA DO PROGRAMA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS.

CNPJ do Contratante: 27.653.244/0001-20.

Nome do Contratado: ARAUJO E ARAUJO EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP.

CNPJ do Contratado: 07.721.678/0001-02.

Resumo do Objeto: Este Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato nº. 001/2017 de locação de veículo.

Fundamento Legal: Este Termo Aditivo está amparado no Artigo 57, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93 Parecer da Procuradoria Geral do Estado do Piauí - Parecer PGE/PLC nº. 199/2018 e Processo Administrativo nº. AA.002.1.017562/17-16.

Prazo de Vigência: O prazo de vigência deste Termo Aditivo será de 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2018, podendo ser prorrogado até o limite previsto no inciso II, do artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.

Prazo de Execução: De 01/01/2018 a 31/12/2018.

Data da Assinatura do Aditivo: 29/12/2017.

Valor Global Estimado: R\$ 61.776,00.

Ação Orçamentária: 28.102.04.122.0090.2000.

Natureza de Despesa: 339039.

Fonte de Recursos: 100.

Signatários:

Pela Concedente: Paulo Roberto de Oliveira Santos.

Pela Conveniente: Matheus Botelho de Araújo.

Of. 16



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES – SETRANS

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 002/2014; **PROCESSO:** AA.319.1.000123.14.74;

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93 de 21/06/93;

PARTICIPANTES: Estado do Piauí, por intermédio da Secretaria de Estado dos Transportes – SETRANS, e o Município de Marcos Parente (PI); **OBJETO:** Prorrogação de prazo através de termo aditivo nº 007, Pavimentação em Paralelepípedo da Avenida Emídio José de Oliveira na zona urbana do município de Marcos Parente - PI, por mais 180 (cento e oitenta) dias, por ato administrativo; **FONTE DE RECURSO:** Próprio do Tesouro Estadual; **DATA DA ASSINATURA:** 26/02/2018.

Teresina (PI), 26 de fevereiro de 2018.

Guilhermano Pires Ferreira Corrêa
Secretário de Transportes do Estado do Piauí

Of. 124



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
ÓRGÃO: MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/18	
Número do Processo de Licitação	1909/17-MDER - AA.900.1.149442/17 SESAPI
Modalidade de Licitação	Pregão Eletrônico nº 001/17 - DL/SEADPREV/PI.
Fundamento Legal	Pregão Eletrônico nº 001/17- DL/SEADPREV/PI e Liberação nº 0639/17- DL/SEADPREV/PI e Lei 8.666/93
Contratante	MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA
CNPJ do Contratante	06.553.564/0106-05
Contratado	AGRESTE COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - ME
CNPJ do Contratado	15.811.210/0001 - 37
Resumo do Objeto do Contrato	Gêneros Alimentícios Não Perecíveis
Prazo de Vigência	12 (Doze) Meses
Prazo de Execução	12 (Doze) meses
Data da Assinatura do Contrato	
Valor Global	R\$ 296.148,19 (Duzentos e noventa e seis mil cento e quarenta e oito reais e dezenove centavos)
Ação Orçamentária	2219
Natureza da Despesa	33.90.30
Fonte de Recursos	113/SUS
Signatários do Contrato	Pela Contratante: FRANCISCO DE MACEDO NETO Pela Contratada: PAULO TORRES DE ARAÚJO FILHO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/18	
Número do Processo de Licitação	1136/17-MDER - AA.900.1.14219117 - 74 SESAPI
Modalidade de Licitação	Pregão Presencial nº 002/17 - DL/SEADPREV/PI.
Fundamento Legal	Pregão Presencial nº 002/17- DL/SEADPREV/PI e Liberação nº 0635/17- DL/SEADPREV/PI e Lei 8.666/93
Contratante	MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA
CNPJ do Contratante	06.553.564/0106-05
Contratado	AGRESTE COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - ME
CNPJ do Contratado	15.811.210/001 - 37
Resumo do Objeto do Contrato	Gêneros Alimentícios Perecíveis
Prazo de Vigência	12 (Doze) Meses
Prazo de Execução	12 (Doze) meses
Data da Assinatura do Contrato	
Valor Global	R\$ 674.576,59 (Seiscentos e setenta e quatro mil quinhentos e setenta e seis reais e cinquenta e nove centavos)
Ação Orçamentária	2219
Natureza da Despesa	33.90.30
Fonte de Recursos	113/SUS
Signatários do Contrato	Pela Contratante: FRANCISCO DE MACEDO NETO Pela Contratada: PAULO TORRES DE ARAUJO FILHO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/18	
Número do Processo de Licitação	1526/17-MDER - AA.900.1.1490001/17- 50 SESAPI
Modalidade de Licitação	Pregão Presencial nº 002/17 - DL/SEADPREV/PI.
Fundamento Legal	Pregão Presencial nº 002/17- DL/SEADPREV/PI e Liberação nº 0635/17- DL/SEADPREV/PI e Lei 8.666/93
Contratante	MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA
CNPJ do Contratante	06.553.564/0106-05
Contratado	CR DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS GERAIS LTDA
CNPJ do Contratado	05.106.833/0001 - 55
Resumo do Objeto do Contrato	Gêneros Alimentícios Perecíveis
Prazo de Vigência	12 (Doze) Meses
Prazo de Execução	12 (Doze) meses
Data da Assinatura do Contrato	
Valor Global	R\$ 51.901,74 (Cinquenta e um mil novecentos e um reais e setenta e quatro centavos)
Ação Orçamentária	2219
Natureza da Despesa	33.90.30
Fonte de Recursos	113/SUS
Signatários do Contrato	Pela Contratante: FRANCISCO DE MACEDO NETO Pela Contratada: JOSÉ CARLOS DE CARVALHO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/18	
Número do Processo de Licitação	AA.907.1.000073/17- 09
Modalidade de Licitação	Pregão Eletrônico nº 0002/2016 - ALEPI,
Fundamento Legal	Adesão nº 88/2016 ao Pregão Eletrônico nº 0002/2016 - ALEPI, Além da Lei nº 10.520, de 17/07/002 e Subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.
Contratante	MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA
CNPJ do Contratante	06.553.564/0106-05
Contratado	L.P. TOTAL SERVICE LTDA - ME
CNPJ do Contratado	10.846.808/0001 - 48
Resumo do Objeto do Contrato	Locação de Grupo Gerador
Prazo de Vigência	12 (Doze) Meses
Prazo de Execução	12 (Doze) meses
Data da Assinatura do Contrato	02 de março de 2018
Valor Global	R\$ 110.400,00 (Cento e dez mil e quatrocentos reais)
Ação Orçamentária	2219
Natureza da Despesa	33.90.39
Fonte de Recursos	113/SUS
Signatários do Contrato	Pela Contratante: FRANCISCO DE MACEDO NETO Pela Contratada: PAULO CESAR VERAS SOARES

Dr. Francisco de Macêdo Neto
Diretor Geral - MDER
CPF: 160.292.243-87



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ÓRGÃO: MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2018 - PROCESSO Nº AA.907.1.000321/18 - 81

OBJETO: Prestação de Serviço do Consumo de Energia referente ao mês de dezembro/17 da Casa da Gestante da Maternidade Dona Evangelina Rosa - MDER
EMPRESA: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO DO PIAUÍ
VALOR: R\$ 3.260,14 (Três mil duzentos e sessenta reais e quatorze centavos)
FUNDAMENTAÇÃO: Art. 25, caput da Lei nº 8.666/93

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 019/2018 - PROCESSO Nº AA.907.1.000321/18 - 94

OBJETO: Prestação de Serviço do Consumo de Energia referente ao mês de janeiro/18 da Casa da Gestante da Maternidade Dona Evangelina Rosa - MDER
EMPRESA: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO DO PIAUÍ
VALOR: R\$ 2.660,53 (Dois mil seiscentos e sessenta reais e cinquenta centavos)
FUNDAMENTAÇÃO: Art. 25, caput da Lei nº 8.666/93

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 022/17

Contratante	MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA
CNPJ do Contratante	06.553.564/0106-05
Contratado	2MV DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - ME
CNPJ do Contratado	21.348.798/0001 - 37
Resumo do Objeto do Contrato	Suplementar em 25% a quantidade e o valor dos itens abaixo especificados do contrato epigrafado.
Prazo de Vigência	25/04/2018
Prazo de Execução	25/04/2018
Data da Assinatura do Contrato	24 de janeiro de 2018
Valor Adicional	R\$ 5.485,90 (Cinco mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e noventa centavos)
Ação Orçamentária	2219
Natureza da Despesa	33.90.30
Fonte de Recursos	113/SUS
Signatários do Contrato	Pela Contratante: FRANCISCO DE MACEDO NETO
	Pela Contratada: MACIEL DOS SANTOS SOUSA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 032/17

Contratante	MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA
CNPJ do Contratante	06.553.564/0106-05
Contratado	ELLO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
CNPJ do Contratado	03.748.673/0001-12
Resumo do Objeto do Contrato	Suplementar em 25% a quantidade e o valor dos itens abaixo especificados do contrato epigrafado.
Prazo de Vigência	08/05/2018
Prazo de Execução	08/05/2018
Data da Assinatura do Contrato	04 de janeiro de 2018
Valor Adicional	R\$ 4.198,81(Quatro mil cento e noventa e oito reais e oitenta e um centavos)
Ação Orçamentária	2219
Natureza da Despesa	33.90.30
Fonte de Recursos	113/SUS

Signatários do Contrato	Pela Contratante: FRANCISCO DE MACEDO NETO
	Pela Contratada: KAROLYNE VERAS DO NASCIMENTO COSTA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 30/17

Contratante	MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA
CNPJ do Contratante	06.553.564/0106-05
Contratado	ELLO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
CNPJ do Contratado	03.748.673/0001-12
Resumo do Objeto do Contrato	Suplementar em 25% a quantidade e o valor dos itens abaixo especificados do contrato epigrafado.
Prazo de Vigência	05/05/2018
Prazo de Execução	05/05/2018
Data da Assinatura do Contrato	04 de janeiro de 2018
Valor Adicional	R\$ 9.625,00 (Nove mil seiscentos e vinte cinco reais)
Ação Orçamentária	2219
Natureza da Despesa	33.90.30
Fonte de Recursos	113/SUS
Signatários do Contrato	Pela Contratante: FRANCISCO DE MACEDO NETO
	Pela Contratada: KAROLYNE VERAS DO NASCIMENTO COSTA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 035/17

Contratante	MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA
CNPJ do Contratante	06.553.564/0106-05
Contratado	J.NERVAL DE SOUSA EPP
CNPJ do Contratado	20.626.083/0001 - 36
Resumo do Objeto do Contrato	Suplementar em 25% a quantidade e o valor dos itens abaixo especificados do contrato epigrafado.
Prazo de Vigência	08/05/2018
Prazo de Execução	08/05/2018
Data da Assinatura do Contrato	04 de janeiro de 2018
Valor Adicional	R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)
Ação Orçamentária	2219
Natureza da Despesa	33.90.30
Fonte de Recursos	113/SUS
Signatários do Contrato	Pela Contratante: FRANCISCO DE MACEDO NETO
	Pela Contratada: TACIANE COSTA ESTEVES TORRES

Dr. Francisco Macêdo Neto
Diretor-Geral - MDER
CPF: 180.292.243-87



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO – SEPLAN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2018	
NÚMERO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO (OU DE DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE)	AA.002.1.013552/17-90 - SEPLAN
MODALIDADE DE LICITAÇÃO (SE FOR O CASO)	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2017 - DL/SEADPREV-PI
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Art. 25, I da Lei 8666/93 e 4º da Lei nº 10.520 de 2002
NOME DO CONTRATANTE	SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO - SEPLAN
CNPJ DO CONTRATANTE	06.553.523/0001-41
NOME DO CONTRATADO	JJ E SILVA EIRELI - EPP
CNPJ DO CONTRATADO	69.607.729/0001-27
RESUMO DO OBJETO DO CONTRATO	Constitui objeto do presente Contrato, a contratação de Empresa para execução de serviços de locação a ser utilizado, sob demanda e de acordo com as efetivas necessidades, por parte das Unidades Administrativas desta Secretaria de Estado do Planejamento - SEPLAN, durante a realização dos seus Eventos Técnicos nos Territórios de Desenvolvimento no âmbito do Estado do Piauí, em atendimento ao Plano de Trabalho da Superintendência de Planejamento Participativo - SUPRE, de conformidade com Anexo IV - Especificações Técnicas e outros anexos.
PRAZO DE VIGÊNCIA	O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado, após a verificação da real necessidade e com vantagens para a Administração na continuidade do Contrato, nos termos Art. 57 da Lei nº 8.666/93.
PRAZO DE EXECUÇÃO	01/03/2018
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	01/03/2018
VALOR GLOBAL	O valor total dos serviços objeto do presente CONTRATO é estimado em R\$ 117.000,00 (cento e dezessete mil reais).
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2001
NATUREZA DE DESPESA	33.90.39 - Serviço de Terceiros de Pessoa Jurídica
FONTE DE RECURSOS	Fonte: 17 - Tesouro Estadual
SIGNATÁRIOS DO CONTRATO	Antonio Rodrigues de Sousa Neto pela CONTRATANTE, e Josiel Jerônimo e Silva pela CONTRATADA.

Of. 31



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES

EXTRATO DE CONVENIO 015/2018

OBJETO: RECUPERAÇÃO E REFORMA DE RODOVIA VICINAL, NO TRECHO SEDE AO POVOADO PALMEIRA DE SÃO BENEDITO COM UMA EXTENSÃO DE 42,00 KM NO MUNICÍPIO DE RIACHO FRIO-PI

CONCEDENTE: SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES

CNPJ: 08.767.094/0001-30

VALOR: R\$ 237.500,00 <Duzentos e Trinta e Sete mil e Quinhentos reais>

CONVENIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO FRIO

CNPJ: 01.612.606/0001-40

PRAZO DE EXECUÇÃO: 365 DIAS

VIGÊNCIA: ATÉ 23 DE FEVEREIRO DE 2019

CONVENIO Nº: 015/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO: AA.310.1.000683/17-03

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 45.101.26.782.0021.1061 Projeto de Atividade 1061; Natureza de despesa: 444041 e Fonte de Recurso 00

DATA DE ASSINATURA: 20/02/2018

SIGNATÁRIOS: Fábio Henrique Mendonça Xavier de Oliveira (Secretario de Estado das Cidades) – Prefeitura Municipal de Riacho Frio – Conveniente (Adalberto Gerardo Rocha Mascarenhas)

FÁBIO HENRIQUE MENDONÇA XAVIER DE OLIVEIRA

Secretário de Estado das Cidades

Of. 86



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA – SEADPREV

EXTRATO DO CONTRATO Nº 55 /2018	
Número do Processo de Licitação (ou de Dispensa ou Inexigibilidade)	Processo nº AA.002.1.012384/17-40
Modalidade de licitação (se for o caso)	ADESÃO à Ata de Registro de Preços nº 002/2016, conforme o resultado do Pregão Eletrônico nº 142/2016- CEL/ACRE e autorização emitida por meio do OFÍCIO/GAB/SGA/AC Nº 1634/2017.
Fundamento legal	Termos da Lei nº 6.673 de 18/06/2015; Lei Federal nº 8.666/93.
Contratante	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA-SEADPREV-PI
CNPJ do Contratante	06.553.481/0003-00
Co-Contratante	COORDENADORIA DO PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA - CIAERO
CNPJ do Co-Contratante	27.643.130/0001-07
Contratado	LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS EIRELI EPP
ICNPJ do Contratado	12.039.966/0001-11
Resumo do objeto do contrato	Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de gerenciamento de unidades consumidoras, com utilização de cartão magnético e com fornecimento contínuo e ininterrupto de combustível para frota, máquinas e equipamentos pertencentes ou sob responsabilidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, em conformidade com as especificações, qualidades e eficiência e condições gerais estabelecidas no Termo de Referência - Anexo II do Edital.
Prazo de vigência	02/03/2018 a 02/03/2019
Prazo de execução	-
Data de assinatura do contrato	02/03/2018
Valor global	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
Ação orçamentária	46102
Natureza de Despesa	339030
Fontes de Recursos	0100001001
Signatários do contrato	Pela Contratante: FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA Pela Co-Contratante: NERINILZO SOARES DOS SANTOS LIMA Pela Contratada: MARCELO DE OLIVEIRA LIMA

FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA

Of. 46



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

EXTRATO DO 1º. TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 081/2016

Nome do Contratante: FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA – FUNDAT/SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ - LEI Nº. 5.429 DE 29/12/2004.

CNPJ do Contratante: 07.382.198/0001-64.

Nome do Contratado: P. R. CONSTRUÇÕES LTDA – CARLOS & SILVA LTDA.

CNPJ/CPF do Contratante: 03.981.182/0001-17.

Resumo do Objeto: Este Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato nº. 081/2016 para a execução das obras de construção do imóvel onde funcionará a Regional e Agência de Atendimento de Corrente, localizado no município de Corrente (PI), pertencente à Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí – SEFAZ-PI.

Fundamento Legal: Este Termo Aditivo está fundamentado no Processo Administrativo nº. 0066.000.00836/2018-6 e Parecer da Procuradoria Geral do Estado do Piauí - Parecer PGE/PLC nº. 067/2018.

Prazo de Vigência: Este Termo Aditivo terá vigência de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de sua assinatura.

Prazo de Execução: De 22/02/2018 à 22/06/2018.

Data da Assinatura do Aditivo: 22/02/2018.

Valor Global: Este Termo Aditivo não terá ônus para a CONTRATANTE, pois visa apenas prorrogar o prazo para realização dos serviços suspensos pelo Decreto Estadual nº. 17.404/2017.

Ação Orçamentária: 13.116.04.122.0001.1018.

Natureza da Despesa: 44905121.

Fonte de Recursos: 0100001001 - FUNDAT.

Signatários:

Pela Concedente: RAFAELTAJRA FONTELES.

Pela Conveniente: RILZA MARIA SILVA.

Of. 011

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DO PREÂMBULO DO CONTRATO Nº. 045/2017

Retificamos o Preâmbulo do Contrato nº. 045/2017, celebrado entre o FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA – FUNDAT/SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ - LEI Nº. 5.429 DE 29/12/2004, inscrita no CNPJ nº. 07.382.198/0001-64 e a Empresa, INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTDA, CNPJ nº. 10.682.187/0001-04, referente à Contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços técnicos especializados, incluindo atualizações de versão, implantação e fornecimento de serviços de suporte de produtos Oracle, através da Unidade de Tecnologia e Segurança da Informação – UNITEC da Secretaria da Fazenda.

Onde ler-se: O ESTADO DO PIAUÍ, através da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, inscrita no CNPJ sob o nº 06.553.556/0001-91.

Leia-se: O ESTADO DO PIAUÍ, através do FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA – FUNDAT/SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ - LEI Nº. 5.429 DE 29/12/2004, inscrita no CNPJ nº. 07.382.198/0001-64.

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº. 045/2017

Retificamos o Extrato de Publicação referente ao Contrato nº. 045/2017, celebrado entre o FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA –

FUNDAT/SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ - LEI Nº. 5.429 DE 29/12/2004, inscrita no CNPJ nº. 07.382.198/0001-64 e a Empresa, INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTDA, CNPJ nº. 10.682.187/0001-04, referente à Contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços técnicos especializados, incluindo atualizações de versão, implantação e fornecimento de serviços de suporte de produtos Oracle, através da Unidade de Tecnologia e Segurança da Informação – UNITEC da Secretaria da Fazenda, publicado no DOE nº. 197, de 23/10/2017, página 06.

Onde ler-se: Contratante: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ – SEFAZ-PI e CNPJ do Contratante nº 06.553.556/0001-91.

Leia-se: Contratante: FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA – FUNDAT/SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ - LEI Nº. 5.429 DE 29/12/2004 e CNPJ do Contratante nº. 07.382.198/0001-64.

Teresina (PI), 05 de março de 2018.

Paulo Sérgio Patrício de Lima

Supervisor do Núcleo de Contratos – NUCON

Matrícula nº. 03093-7

Of. 012



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
FUNDAÇÃO DOS ESPORTES DO PIAUÍ – FUNDESPI

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2018	
Número do Processo Administrativo:	AA337.1.000221/17-07
Modalidade de licitação:	Adesão a Ata de Registro de Preços nº 008/2017, Pregão Eletrônico nº 007/2017 - ALEPI.
Fundamento Legal	Lei nº 8.666/93
Nome do Contratante:	FUNDAÇÃO DOS ESPORTES DO PIAUÍ- FUNDESPI.
CNPJ do Contratante:	05.793.590/0001-70
Nome do Contratado:	C. L. BESERRA & CIA LTDA EPP
CNPJ/CPF do contratado:	07.239.237/0001-79
Resumo do Objeto do contrato:	Fornecimento de material de expediente em geral conforme especificações técnicas detalham abaixo:
Prazo de vigência:	05 (cinco) meses.
Data da assinatura do contrato:	01/03/2018
Valor Global:	10.563,58 (dez mil quinhentos e sessenta e três mil e cinquenta e oito centavos)
Ação Orçamentária:	14.203.04.122.0090.2000
Natureza de despesa:	33.90.30
Fonte de Recursos:	0100001001
Signatários do contrato:	Pela Contratante: Paulo César de Sousa Martins Pela Contratada: Carmélio Lustosa Beserra

PAULO CÉSAR DE SOUSA MARTINS

Presidente da FUNDESPI

Of. 162



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
FUNDAÇÃO DOS ESPORTES DO PIAUÍ – FUNDESPI

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2018	
Número do Processo Administrativo:	AA.337.1.000201/18-39
Modalidade de licitação:	PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2017
Fundamento Legal	Lei nº 8.666/93
Nome do Contratante:	FUNDAÇÃO DOS ESPORTES DO PIAUÍ- FUNDESPI.
CNPJ do Contratante:	05.793.590/0001-70
Nome do Contratado:	LAR PARATY LTDA-EPP
CNPJ/CPF do contratado:	02.131.413/0001-30
Resumo do Objeto do contrato:	Constitui objeto deste contrato a aquisição de material esportivo, de forma parcelada, conforme especificações e quantidades descritas abaixo.
Prazo de Vigência:	Até 31 de julho de 2018.
Data da assinatura do contrato:	01 de fevereiro de 2018.
Valor Global:	R\$ 262.282,00 (duzentos e sessenta e dois mil e duzentos e oitenta e dois reais)
Ação Orçamentária:	14.203.0013.2123.27.811
Natureza de despesa:	33.90.30
Fonte de Recursos:	0210003659 010000100-EMENDA PARLAMENTAR
Signatários do contrato:	Pela Contratante: Paulo César de Sousa Martins Pela Contratada: Djalma Soares Lima

PAULO CÉSAR DE SOUSA MARTINS
Presidente da FUNDESPI

Of. 163

EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2018	
Número do Processo Administrativo	AA.337.1.000201/18-39
Modalidade de licitação:	PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2017
Fundamento Legal	Lei nº 8.666/93
Nome do Contratante:	FUNDAÇÃO DOS ESPORTES DO PIAUÍ- FUNDESPI.
CNPJ do Contratante:	05.793.590/0001-70
Nome do Contratado:	NOGUEIRA E ALENCAR LTDA. - ME
CNPJ/CPF do contratado:	16.750.320/0001-07
Resumo do Objeto do contrato:	Constitui objeto deste contrato a aquisição de material esportivo, de forma parcelada, conforme especificações e quantidades descritas abaixo.
Prazo de vigência:	Até 31 de julho de 2018.
Data da assinatura do contrato:	01 de fevereiro de 2018.
Valor Global:	R\$ 175.111,30 (cento e setenta e cinco mil, cento e onze reais e trinta centavos)
Ação Orçamentária:	14.203.0013.2123.27.811
Natureza de despesa:	33.90.30
Fonte de Recursos:	0210003659 010000100-EMENDA PARLAMENTAR
Signatários do contrato:	Pela Contratante: Paulo César de Sousa Martins Pela Contratada: MARCO AURÉLIO ALENCAR TRIGO

PAULO CÉSAR DE SOUSA MARTINS
Presidente da FUNDESPI

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2018	
Número do Processo Administrativo:	AA.337.1.000201/18-39
Modalidade de licitação:	PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2017
Fundamento Legal	Lei nº 8.666/93
Nome do Contratante:	FUNDAÇÃO DOS ESPORTES DO PIAUÍ- FUNDESPI.
CNPJ do Contratante:	05.793.590/0001-70
Nome do Contratado:	OLIVEIRA & ASSUNÇÃO LTDA - ME
CNPJ/CPF do contratado:	08.855.400/0001-90
Resumo do Objeto do contrato:	Constitui objeto deste contrato a aquisição de material esportivo, de forma parcelada, conforme especificações e quantidades descritas abaixo.
Prazo de vigência:	Até 31 de julho de 2018.
Data da assinatura do contrato:	01 de fevereiro de 2018.
Valor Global:	206.021,85 (duzentos e seis mil reais, vinte e um reais e oitenta e cinco centavos)
Ação Orçamentária:	14.203.0013.2123.27.811
Natureza de despesa:	33.90.30
Fonte de Recursos:	0210003659 010000100-EMENDA PARLAMENTAR
Signatários do contrato:	Pela Contratante: Paulo César de Sousa Martins Pela Contratada: Anik De Assunção Oliveira Sousa

PAULO CÉSAR DE SOUSA MARTINS
Presidente da FUNDESPI

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2018	
Número do Processo Administrativo:	AA.337.1.000201/18-39
Modalidade de licitação:	PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2017
Fundamento Legal	Lei nº 8.666/93
Nome do Contratante:	FUNDAÇÃO DOS ESPORTES DO PIAUÍ- FUNDESPI.
CNPJ do Contratante:	05.793.590/0001-70
Nome do Contratado:	LOJA VIANA LTDA - EPP
CNPJ/CPF do contratado:	69.614.287/0001-46
Resumo do Objeto do contrato:	Constitui objeto deste contrato a aquisição de material esportivo, de forma parcelada, conforme especificações e quantidades descritas abaixo.
Prazo de vigência:	Até 31 de julho de 2018.
Data da assinatura do contrato:	01 de fevereiro de 2018.
Valor Global:	R\$ 171.850,00 (cento e setenta e um mil e oitocentos e cinquenta reais)
Ação Orçamentária:	14.203.0013.2123.27.811
Natureza de despesa:	33.90.30
Fonte de Recursos:	0210003659 010000100-EMENDA PARLAMENTAR
Signatários do contrato:	Pela Contratante: Paulo César de Sousa Martins Pela Contratada: Francisco Lucie Viana

PAULO CÉSAR DE SOUSA MARTINS
Presidente da FUNDESPI



EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2018	
Número do Processo Administrativo:	AA.337.1.000201/18-39
Modalidade de licitação:	PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2017
Fundamento Legal	Lei nº 8.666/93
Nome do Contratante:	FUNDAÇÃO DOS ESPORTES DO PIAUÍ- FUNDESPI.
CNPJ do Contratante:	05.793.590/0001-70
Nome do Contratado:	A SILVA LIMA - EPP
CNPJ/CPF do contratado:	05.512.589/0001-20
Resumo do Objeto do contrato:	Constitui objeto deste contrato a aquisição de material esportivo, de forma parcelada, conforme especificações e quantidades descritas abaixo.
Prazo de vigência:	Até 31 de julho de 2018.
Data da assinatura do contrato:	01 de fevereiro de 2018.
Valor Global:	63.926,00 (sessenta e três mil e novecentos e vinte e seis reais)
Ação Orçamentária:	14.203.0013.2123.27.811
Natureza de despesa:	33.90.30
Fonte de Recursos:	0210003659 010000100-EMENDA PARLAMENTAR
Signatários do contrato:	Pela Contratante: Paulo César de Sousa Martins Pela Contratada: Alisson André Da Silva Lima

PAULO CÉSAR DE SOUSA MARTINS
Presidente da FUNDESPI

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2018	
Número do Processo Administrativo:	AA.337.1.000219/17-80
Modalidade de licitação:	PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2017
Fundamento Legal	Lei nº 8.666/93
Nome do Contratante:	FUNDAÇÃO DOS ESPORTES DO PIAUÍ- FUNDESPI.
CNPJ do Contratante:	05.793.590/0001-70
Nome do Contratado:	C. L. BESERRA & CIA LTDA - EPP
CNPJ/CPF do contratado:	07.239.237/0001-79
Resumo do Objeto do contrato:	Registro de preços de material de expediente conforme especificações técnicas detalhada abaixo:
Prazo de Vigência:	12 meses contados da data da assinatura
Data da assinatura do contrato:	05 de março de 2018.
Valor Global:	R\$ 8.000,00 (oito mil reais)
Ação Orçamentária:	14.203.0090.2000.04.122
Natureza de despesa:	33.90.30
Fonte de Recursos:	0100001001
Signatários do contrato:	Pela Contratante: Paulo César de Sousa Martins Pela Contratada: Carmélio Lustosa Beserra

PAULO CÉSAR DE SOUSA MARTINS
Presidente da FUNDESPI

Of. 165

OUTROS



AVISO

O Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí- DER/PI, localizado na Avenida Frei Serafim, 2492, Centro, nesta Capital, CNPJ: 06.535.751/0001-99, torna público que requereu junto a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMAR, a **Declaração de Baixo Impacto Ambiental – DBIA**, referente aos Serviços de Melhoramento da Implantação e Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), do Contorno Rodoviário da cidade de Isaías Coelho, Trecho: Entrº. PI-245/Entrº. com 1.979,53m de extensão e a **Dispensa do Licenciamento Ambiental**, referente à Execução dos Serviços de Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), com extensão de 1.444m, em diversas ruas do município de Isaías Coelho.

Teresina, 02 de março de 2018

Engº José Dias de Castro Neto
Diretor Geral – DER/PI

Of. 53

AVISO DE RETIFICAÇÃO

No Aviso publicado no Diário Oficial, dia 18.10.2017, Nº 195, pág.38, onde se lê, “ Melhoramento da Implantação e Pavimentação em AAUQ - Rod. PI-116, Trecho: Parnaíba/Pedra do Sal/Labino/Ilha Grande - PI, com extensão de 26.670km.”, leia-se “ Melhoramento da Implantação e Pavimentação em AAUQ - Rod. PI-116, Trecho: Parnaíba/Pedra do Sal/Labino/Ilha Grande - PI, com extensão de 27.670km”.

Teresina, 02 de março de 2018.

Engº José Dias de Castro Neto
Diretor Geral – DER/PI

Of. 56

“Imóvel Rural Castelhana”, de Propriedade do Sr. Aluísio Ferraz Arcoverde, CPF 183.714.423-00, torna público que requereu junto a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a Declaração de Baixo Impacto Ambiental (DBIA), para a atividade de Piscicultura, com área de tanque escavado de 2,88 ha, na localidade Castelhana, no município de Palmeirais-Piauí, com coordenadas geográficas, latitude 05º 44’ 30,1” S e longitude 43º 05’ 24,2” W.

P. P. 23292

POSTO MENDES FEITOSA LTDA - ME, com CNPJ nº 28.777.940/0001-00, torna público que requereu junto a SEMAR-PI, as Licenças: Prévia, de Instalação e de Operação, para implantação do citado empreendimento, na localidade Pajeú zona rural do município de Flores do Piauí- PI

P. P. 23293

Enerlife Energias Renováveis Ltda

Complexo Fotovoltaico Boqueirão Oeste

A **Enerlife Energias Renováveis Ltda**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.622.667/0001-10, torna público que requereu da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí SEMAR-PI, a Licença de Instalação para a Usina Fotovoltaica Complexo Fotovoltaico Boqueirão Oeste, no município de Gilbués, no estado do Piauí.

Enerlife Energias Renováveis Ltda

Complexo Fotovoltaico Boqueirão Leste

A **Enerlife Energias Renováveis Ltda**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.622.667/0001-10, torna público que requereu da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí SEMAR-PI, a Licença de Instalação para a Usina Fotovoltaica Complexo Fotovoltaico Boqueirão Leste, no município de Gilbués, no estado do Piauí.

Enerlife Energias Renováveis Ltda

Linha de Transmissão de 69 KV Boqueirão Leste/Oeste – SE Gilbués II

A **Enerlife Energias Renováveis Ltda**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.622.667/0001-10, torna público que requereu da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí SEMAR-PI, a Licença Prévia para a Linha de Transmissão de 69 KV Boqueirão Leste/Oeste – SE Gilbués II, no município de Gilbués, no estado do Piauí.

P. P. 23294



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO PIAUÍ – FAPEPI

PROGRAMA DE BOLSA DA FAPEPI
EDITAL FAPEPI Nº 004/2018 - Apoio Técnico

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí – FAPEPI torna público o lançamento do presente edital e convida aos interessados a apresentarem propostas para concorrer à bolsa na modalidade de Bolsa de Apoio Técnico de Nível Superior, vinculadas ao PROGRAMA DE BOLSAS DA FAPEPI, nos termos do presente Edital.

OBJETIVO Conceder bolsas na modalidade de Bolsa de Apoio Técnico de Nível Superior, vinculadas ao PROGRAMA DE BOLSAS DA FAPEPI, com o objetivo de incentivar e apoiar o envolvimento do bolsista em atividades de divulgação científica, de transferência e/ou difusão científica, tecnológica e inovação, vinculadas aos programas, convênios ou projetos executados em setores definidos pela FAPEPI, com aplicação imediata para o Estado do Piauí.

RECURSOS FINANCEIROS

2.1 Para o presente edital serão destinados recursos oriundos do Tesouro Estadual no valor global de R\$ 162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais), a serem aplicados na concessão de Bolsa de Apoio Técnico de Nível Superior, com valor unitário/mensal de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), com período de vigência de 12 (doze) meses, de acordo com as modalidades e cotas seguintes:

- MODALIDADE A: Bolsa de Difusão Científica e Tecnológica para graduados na área de Comunicação Social e/ou Jornalismo – COTA: 05 (cinco) bolsas.
- MODALIDADE B: Bolsa de Técnico de Apoio à Pesquisa para graduados nas áreas de Contabilidade, Economia, Administração, Secretariado Executivo ou Recursos Humanos – COTA: 03 (três) bolsas.
- MODALIDADE C: Bolsa de Técnico de Apoio à Pesquisa para graduados na área de Informática e/ou Computação – COTA: 01 (uma) bolsa.

2.2 As bolsas vinculadas a este edital serão concedidas pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo este prazo ser renovado por igual período, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira da FAPEPI.

2.3 As bolsas vinculadas ao presente edital serão implantadas em conformidade com as demandas dos programas de fomento da FAPEPI, bem como a disponibilidade orçamentária e financeira do Tesouro Estadual, segundo a ordem decrescente de classificação dos candidatos aprovados.

4 CRONOGRAMA: CRONOGRAMA

Recepção das propostas na FAPEPI	De 02/03 a 13/03/2018
Recepção das propostas no SIGFAPEPI	Até as 13:00 horas do dia 12/03/2018
Análise e avaliação das propostas e entrevistas	Até 26/03/2018
Resultado Parcial	Até 27/03/2018
Interposição de Recursos	02 e 03/04/2018
Resultado Final	Até 06/04/2018

CLAUSULA DE RESERVA: Caberá à Diretora Técnico-científica da FAPEPI resolver casos omissos e as situações não previstas na presente chamada.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Esclarecimentos e informações adicionais sobre o conteúdo deste Edital podem ser obtidos junto ao telefone (86) 3216 6090, ou na página da FAPEPI: www.fapepi.pi.gov.br.

Teresina (PI), 02 de Março de 2018.

Francisco Guedes Alcoforado Filho
Presidente da FAPEPI

Of. 060

Companhia de Terminais Alfandegados do Piauí – PORTO PI



1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA COMPANHIA DE TERMINAIS ALFANDEGADOS DO PIAUÍ – PORTO PI – NIRE Nº 2230008463, REGISTRADO EM 03/10/2013 E CNPJ Nº 19.045.674/0003, REALIZADA NO DIA 05 DE FEVEREIRO DE 2018 ÀS 10:00 (DEZ) HORAS, PARA DELIBERAR SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA DA COMPANHIA.

Aos 05 (CINCO) dias do mês de Fevereiro de 2018, às 10:00 (dez) horas, na Av. Industrial Gil Martins, 1680, 4º andar, Bairro Redenção, CEP 64017-650 – Teresina – Piauí – Brasil, se reuniram em primeira convocação o **Presidente do Conselho de Administração: JOSÉ ICEMAR LAVÔR NERI**, RG 877.421/PI, emitida em 11/12/2012, CPF 395.540.313-00, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado em Rua Napoleão Lima, nº 1395, Apartamento 201, Bairro Jockey Club – Teresina/PI. o **Procurador Geral do Estado do Piauí PLÍNIO CLERTON FILHO** RG nº 347.560-SSP/PI, CPF nº 201731723-34, OAB nº 2206-PI, residente e domiciliado na Rua Diamante, 1155, em Teresina-PI, representante legal do órgão majoritário Governo do Estado do Piauí, que presidiu os trabalhos, e este secretário **TIAGO RIBEIRO PATRÍCIO** CPF nº 808.472.003-10, RG nº 94002133480 SSP/CE, residente e domiciliado em Rua Procurador Raimundo Basílio, 2880, Bairro Piarrreira, 64055-655 – Teresina/PI, para **SUBSTITUIR O DIRETOR ADMINISTRATIVO DA COMPANHIA**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO expedido nos seguintes termos:
COMPANHIA DE TERMINAIS ALFANDEGADOS DO PIAUÍ PORTO PI
CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA COMPANHIA DE TERMINAIS ALFANDEGADOS DO PIAUÍ PORTO PI

O Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Terminais Alfandegados do Piauí – Porto PI, no uso de suas atribuições legais, convoca Reunião da Assembleia Geral Ordinária a se realizar na Av. Industrial Gil Martins, 1680, 4º andar, Bairro Redenção, CEP 64017-650 – Teresina – Piauí – Brasil, Sede da FIEPI, às 10h00min do dia 05 de fevereiro de 2018, para deliberar sobre o seguinte:

- Alteração de membro da Diretoria Executiva.
- Outras deliberações de interesse da companhia.

Teresina (PI), 30 de janeiro de 2018.

JOSÉ ICEMAR LAVÔR NERI

Presidente do Conselho de Administração

PUBLICAÇÃO Edital de Convocação foi publicado nas seguintes edições do Diário Oficial do Estado; Edição nº 22, de 31 de janeiro de 2018, página 42; Edição nº 23, de 01 de fevereiro de 2018, página 29; e Edição nº 24, de 02 de fevereiro de 2018, página 69. O referido Edital de Convocação também foi publicado no Jornal Meio Norte do Piauí, no dia 31 de janeiro de 2018, página 05, caderno Direito & Cidadania; no dia 01 de fevereiro de 2018, Caderno Esporte, página 11 e no dia 02 de fevereiro de 2018, Caderno Mundo, página 07.

ORDEM DO DIA Deliberar sobre a seguinte matéria: **SUBSTITUIÇÃO DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA**

DESENVOLVIMENTO O Presidente do Conselho, José Icemar Lavôr Neri, submeteu a aprovação para a substituição da atual Diretora Administrativa **MICHELY FRANCISCA MENEZES**, brasileira, solteira, secretária, natural de Prazeres, Pernambuco, nascida em 08 de junho de 1976, RG nº 1.612.321 SSP-PI, expedido em 1º de agosto de 2014, CPF nº 019.728.924-01, com endereço na Rua Manoel Nogueira Lima, nº 1425, apto 204, Condomínio Antares, bairro Jaquei, CEP 64049-190, em Teresina, Piauí por **TED WILSON DE BARROS**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 08 de julho de 1969, inscrito no RG 873.603 SSP/PI, emitida em 01 de Agosto de 2014, CPF 347.745.133-34, residente e domiciliado em Rua Manoel Nogueira Lima, N.º 1425, Apartamento 204, Bairro Jaquei, CEP.: 64.049-190 – TERESINA/PI.

DELIBERAÇÃO: Por máximo entendimento foi deliberado o seguinte: **SUBSTITUIÇÃO DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA** de **MICHELY FRANCISCA MENEZES** para **TED WILSON DE BARROS**, já qualificados acima, a partir de 05 de fevereiro de 2018.

ENCERRAMENTO Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a Assembleia e eu, Tiago Ribeiro Patrício, lavrei a presente Ata que, depois de lida e validada a sua conformidade, será assinada em 01 (uma) via por mim pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia e pelo representante do órgão majoritário Governo do Estado do Piauí na Assembleia Geral, que será registrada na Junta Comercial do Estado do Piauí e publicada para terem os efeitos legais.

JOSÉ ICEMAR LAVÔR NERI
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PLÍNIO CLERTON FILHO
REPRESENTANTE DO ESTADO DO PIAUÍ

TIAGO RIBEIRO PATRÍCIO
SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA GERAL

VISTO:

FELIPE RONEY DE CARVALHO ALENCAR
Advogado OAB/PI 8824
CPF nº 004.042.903-29

Of. 009



INDÚSTRIAS DUREINO S/A
CNPJ 10.981.488/0001-39
NIRE: 22 3 00001841

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos a Vs. Sas., e ao público em geral, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Aproveitamos a oportunidade para registrar nossos agradecimentos aos acionistas, clientes e fornecedores, e especialmente aos nossos colaboradores, pelo envolvimento e dedicação.

Teresina-PI, 15 de janeiro de 2018.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

BALANÇO PATRIMONIAL

(em milhares de reais)

		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016			31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	(nota 06)	14.109	3.990	Fornecedores e outras obrigações	(nota 18)	3.914	3.281
Contas a receber de clientes e demais	(nota 07)		20.774	Empréstimos e financiamentos	(nota 17)	7.177	13.885
contas a receber		10.973		Imposto de renda e contribuição social a pagar		11	18
Estoques	(nota 08)	10.341	8.157	Outros impostos a pagar	(nota 19)	2	8
Impostos a recuperar	(nota 09)	25.317	25.750	Impostos Parcelados	(nota 20)	66	51
Adiantamentos	(nota 10)	4.236	1.337	Obrigações trabalhistas	(nota 19)	893	704
Outros Créditos		90	479	Adiantamentos de clientes	(nota 21)	842	134
Despesas antecipadas	(nota 11)	71	77	Dividendos a pagar		298	134
		<u>65.137</u>	<u>60.564</u>			<u>13.203</u>	<u>18.081</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e Financiamentos	(nota 17)	79	2.775
Partes relacionadas	(nota 12)	349	1.350	Parcelamento tributário	(nota 20)	108	86
		<u>349</u>	<u>1.350</u>	Debitivos		191	9.566
				Provisões para contingências	(nota 22)	1.328	1.284
						<u>1.706</u>	<u>13.711</u>
				Total do passivo		<u>14.909</u>	<u>31.791</u>
Propriedades para investimentos	(nota 13)	590	590	Patrimônio líquido			
Investimentos	(nota 14)	154	372	Capital social	(nota 23)	22.910	12.955
Imobilizado	(nota 15)	26.172	28.020	Ajustes de avaliação patrimonial		9.732	9.732
Intangível	(nota 16)	79	79	Reserva de capital		511	511
		<u>26.995</u>	<u>29.061</u>	Reserva de lucros	(nota 23)	44.422	35.985
				(-) Cotas em tesouraria		(4)	0
						<u>77.571</u>	<u>59.183</u>
Total do ativo		<u>92.480</u>	<u>90.975</u>	Total do patrimônio líquido		<u>77.571</u>	<u>59.183</u>
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u>92.480</u>	<u>90.975</u>

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais)

		2017	2016
Operações continuadas			
Receitas	(nota 25)	131.603	142.992
Custo das vendas	(nota 26)	(100.541)	(113.080)
Lucro bruto		<u>31.062</u>	<u>29.912</u>
Despesas com pessoal	(nota 27)	(1.947)	(1.769)
Despesas comerciais	(nota 27)	(20.324)	(15.064)
Despesas administrativas	(nota 27)	(917)	(1.077)
Despesas tributárias	(nota 27)	(1.672)	(592)
Outras receitas e despesas operacionais	(nota 28)	3.489	1.115
Resultado financeiro	(nota 29)	(955)	(794)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>8.736</u>	<u>11.729</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		<u>8.736</u>	<u>11.729</u>

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais)

	2017	2016
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>8.736</u>	<u>11.729</u>
Outros componentes do resultado abrangente		
Outros resultados abrangentes	0	0
Total do resultado abrangente do exercício	<u>8.736</u>	<u>11.729</u>

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais)

	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Resultados Acumulados	Dividendos Propostos	Cotas em Tesouraria	Total do Patrimônio Líquido
Em 1º de janeiro de 2016	12.955	9.732	511	24.255	0	0	0	47.453
Resultado abrangente do exercício					0			0
Lucro do exercício					11.729			11.729
Total do resultado abrangente do exercício					11.729			11.729
Destinação do lucro líquido do exercício								
Constituição de reservas de incentivos fiscais				11.729	(11.729)			
Total da destinação do lucro líquido do exercício				11.729	(11.729)			
Aquisição de ações próprias								
Em 31 de dezembro de 2016	12.955	9.732	511	35.985	0	0	0	59.183
Em 1º de janeiro de 2017	12.955	9.732	511	35.985	0	0	0	59.183
Resultado abrangente do exercício					0			0
Lucro do exercício					8.736			8.736
Total do resultado abrangente do exercício					8.736			8.736
Destinação do lucro líquido do exercício								
Constituição de reservas de incentivos fiscais				8.437	(8.736)	299		0
Total da destinação do lucro líquido do exercício				8.437	(8.736)	299		
Aquisição de ações próprias							(4)	(4)
Conversão de Dividendos em Debêntures	9.955							9.955
Em 31 de dezembro de 2017	22.910	9.732	511	44.422	0	0	(4)	77.571

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda, incluindo operações descontinuadas	8.736	11.729
Ajustes de		
Depreciação, amortização e exaustão	4.034	3.624
(Lucro) prejuízo da alienação de imobilizado	451	(401)
Receitas e despesas financeiras líquidas não realizadas	24	1.482
Outras provisões	543	(39)
Perdas (ganhos) cambiais de atividades financeiras		
Variações no capital circulante		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	7.302	(8.052)
Estoques	(2.184)	(1.407)
Impostos a recuperar	(433)	(9.576)
Adiantamentos	2.900	
Outros valores a receber	(389)	211
Fornecedores	469	3.304
Outros impostos a pagar	0	10
Obrigações trabalhistas	189	108
Adiantamentos de clientes	708	
Outros valores a pagar	873	81
Caixa gerado nas operações	23.222	1.074
Juros pagos	(1.476)	
Imposto de renda e contribuições sociais pagos		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	21.745	1.074
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Novos investimentos	(98)	(76)
Compras de imobilizado	(2.690)	(1.076)
Compras de ativos intangíveis		
Vendas de Imobilizado	758	1.178
Partes relacionadas		
Quotas em tesouraria	(4)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(2.034)	26
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Valor recebido para aumento de capital		
Obtenção de empréstimos	3.446	14.411
Pagamento de empréstimos	(13.037)	(13.669)
Dividendos pagos		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(9.591)	742
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	10.119	1.842
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.990	2.148
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	14.109	3.990

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1: CONTEXTO OPERACIONAL

A Indústrias Dureino S/A, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro em Teresina-PI e prazo de duração indeterminado atua desde a aquisição do grão de soja até a produção de farelo de soja, óleo refinado de soja e óleo refinado de babaçu para o final. A Dureino é uma empresa genuinamente piauiense e está presente em quase todos os estados do Nordeste. Em sua observadas as disposições descritas na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, e das disposições contidas em seu Estatuto Social.

NOTA 2: APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis estão expressas em milhares de Reais e foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis da legislação societária brasileira, com base na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, bem como as normas emitidas pelos Pronunciamentos Contábeis (CPC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

NOTA 3: BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos ativos, passivos, receitas e despesas identificados e segregados e informações contábeis históricas da empresa, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Estas demonstrações financeiras preparadas e estão sendo apresentadas, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e são as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.



As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

a. Estimativas contábeis

Os números apresentados nas Demonstrações Contábeis são baseados em pressupostos e estimativas técnicas, com relação às expectativas futuras de recebimentos e pagamentos das transações e eventos econômicos ocorridos até o presente período. Os valores reais dos fluxos de caixa futuros podem diferir dos valores estimados, quando da materialização dos eventos que geraram essas estimativas, as quais são revisadas periodicamente.

b. Conversão de moeda estrangeira

b.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

b.2 Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

c. Caixa e equivalentes a caixa:

Representa os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata em fundos de renda fixa e/ou em títulos cujos vencimentos, quando de sua aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias. As aplicações financeiras, por sua própria natureza, já estão mensuradas a valor justo por meio do reconhecimento no resultado, conforme NBC TG 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e NBC TG 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação.

d. Ativos e passivos financeiros

d.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

d.2 Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos e passivos financeiros mantidos para negociação. Um ativo e passivo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos e passivos dessa categoria são classificados como circulante.

d.3 Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

e. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou impairment).

f. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

A administração da Dureino realiza periodicamente a revisão de procedimentos nos controles e movimentação dos estoques, bem como os procedimentos de inventário.

g. Outros impostos a recuperar

São avaliados pelo custo e não excedem o valor esperado de realização.

h. Subvenção governamental

Subvenção governamental, inclusive subvenção não monetária a valor justo, somente é reconhecida no resultado, quando existe razoável segurança de que: (a) a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção; e (b) a subvenção será recebida. A subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, o que ocorre no momento da sua apuração e atende as condições do CPC 07 - Subvenções e Assistência Governamentais.

A subvenção governamental relacionada a ativos, incluindo aqueles ativos não monetários mensurados ao valor justo, é apresentada no balanço patrimonial, deduzindo o valor contábil do ativo relacionado. A subvenção é apresentada como dedução da despesa relacionada.

Os diferimentos de recolhimento de impostos, concedidos direta ou indiretamente pelo Governo, exigidos com taxas de juros abaixo do mercado, são tratados como uma subvenção governamental, mensurada pela diferença entre os valores obtidos e o valor justo calculado com base em taxas de juros de mercado. Essa diferença é registrada em contrapartida da receita de vendas no resultado e será apropriado com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do período.

i. Imobilizado

Terenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios	25-40
Máquinas	5-15
Veículos	3-5
Móveis, utensílios e equipamentos	3-10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

j. Empréstimos e Financiamentos:

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

k. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

l. Obrigações sociais e tributárias

São registradas de acordo com o regime de competência e representam obrigações fiscais, sociais e trabalhistas

m. Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social das sociedades.

n. Provisões

São reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

o. Outros ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

q. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela empresa, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

r. Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Dureino e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, e apurada em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita de venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens ou serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o valor da receita pode ser medido com segurança; c) o reconhecimento de contas a receber é provável; e d) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança, segundo o NBC TG 30 – Receitas.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida em medida que há expectativa de realização.

s. Subvenções e incentivos fiscais



A Dureino possui subvenção de ICMS para investimentos concedidos pelo Governo do Estado do Piauí, o qual está diretamente ligado aos investimentos nas atividades produtivas, geração de empregos e desenvolvimento social e econômico no estado, sendo contabilizados diretamente ao resultado como redução da carga tributária do referido tributo.

t. Adoção das novas normas contábeis

A empresa continua em processo de adequação aos Pronunciamentos Contábeis (CPCs), Normas Internacionais e Lei 11.638/07, todos os pronunciamentos que não foram observados neste exercício e que possam gerar efeitos relevantes de ajustes nas demonstrações contábeis, deverão ser adotados no exercício seguinte.

NOTA 4: ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

4.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

a. Imposto de renda, contribuições social e outros impostos

Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

b. Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita no momento da entrega física dos bens ou serviços (transferência dos riscos e benefícios ao comprador), com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e é apresentada líquida dos impostos das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e subvenções para investimentos referentes ao ICMS, sendo apurada em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

c. Provisão para devedores duvidosos

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

4.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

a. Benefícios fiscais de ICMS

A empresa tem incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo governo estadual do Piauí. O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisões em Acórdãos Diretos, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora não tenha incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras.

NOTA 5: GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da empresa concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

a. Risco de mercado

a.1 Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições em relação ao Dólar dos Estados Unidos da América e ao Euro em transações comerciais no mercado externo. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras no exterior.

a.2 Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a empresa ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Durante 2017 e 2016, os montantes de empréstimos e financiamentos da Companhia foram reduzidos, devido a liquidação de contratos firmados.

b. Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

c. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Controladoria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da empresa, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da empresa para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da empresa, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os sócios têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos sócios ou, ainda, emitir novas cotas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial combinado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Em 2017, a estratégia da Companhia foi a de reduzir o índice de alavancagem financeira. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 podem ser assim sumariados:

	2017	2016
Total dos empréstimos	7.256	16.660
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(14.109)	(3.990)
Dívida (caixa) líquida	(6.853)	12.670
Total do patrimônio líquido	68.494	59.184
Total do capital	61.641	71.854
Índice de alavancagem financeira - %	(11%)	18%

NOTA 6: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa abrange numerário em espécie e contas bancárias disponíveis. Equivalentes-Caixa são investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de 90 dias ou menos, constituídos de títulos de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos balanços apresentados e não superam o valor de mercado.

	31/12/2017	31/12/2016
Recursos em bancos e em caixa	2.919	1.909
Aplicações financeiras	11.190	2.080
Saldo	14.109	3.990

NOTA 7: CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E DEMAIS CONTAS A RECEBER

Os saldos de clientes estão registrados pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos e deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dentre as mudanças promovidas pela Lei nº 11.638/07, a empresa não efetuou o ajuste a valor presente de suas contas a receber e contas a pagar a pagar em função dos ajustes de sistema para individualização dos títulos. Na opinião da administração, o resultado final deste ajuste não é relevante.

	31/12/2017	31/12/2016
Clientes	10.973	21.317
(-) Provisão para devedores de liquidação duvidosa	0	(543)
Saldo	10.973	20.774
	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	8.415	8.139
Vencidos até 30 dias	1.256	3.299
Vencidos entre 30 e 90 dias	206	6.971
Vencidos entre 90 e 180 dias	395	44
Vencidos acima de 180 dias	701	2.864
Saldo	10.973	21.317

NOTA 8: ESTOQUES

Os estoques de produtos prontos, de produtos em elaboração e de as matérias-primas foram avaliados, respectivamente, pelos custos médios de produção e aquisição.

	31/12/2017	31/12/2016
Produtos Prontos	3.937	5.625
Matéria-Prima e Materiais Secundários	3.732	442
Materiais de Manutenção e Consumo	2.672	2.090
Saldo	10.341	8.157

NOTA 9: IMPOSTOS A RECUPERAR

Compreende os impostos retidos sobre aplicações financeiras realizadas; saldos dos créditos por aquisição de insumos para produção, deduzidos os débitos pelas saídas e a parcela circulante dos créditos por aquisição de imobilizado que serão compensados com o respectivo imposto a pagar, quando possível. Os impostos a recuperar são mensurados pelos valores de realização.

	31/12/2017	31/12/2016
PIS a Recuperar	2.990	3.165
COFINS a Recuperar	13.749	14.566
ICMS a Recuperar	7.948	7.435
IPI a Recuperar	324	277
IR Retido na Fonte	91	160
IRPJ a Recuperar	152	84
CSLL a Recuperar	63	63
Saldo	25.317	25.750

NOTA 10: ADIANTAMENTOS

Representa adiantamentos a fornecedores estão apresentados pelo valor líquido de realização, sendo avaliados os riscos de não cumprimento dos contratos com fornecedores.

	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamento a Fornecedores	4.236	1.337
Saldo	4.236	1.337

NOTA 11: DESPESAS ANTECIPADAS

Os demais valores a receber representam despesas antecipadas e estão apresentados pelo valor líquido de realização, incluindo quando aplicáveis os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de Exercícios Subsequentes	71	77
Saldo	71	77

NOTA 12: PARTES RELACIONADAS

12.1 Contratos de mútuo

	Ativo Não Circulante		Passivo não-Circulante	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Contratos de Mútuos (i) (ii)	349	1.350	0	0
	349	1.350		

12.2 Depósitos Judiciais

Diário Oficial

28



Teresina(PI) - Terça-feira, 6 de março de 2018 • Nº 43

Depósitos Judiciais
Saldo

31/12/2017	31/12/2016
0	0
0	0

NOTA 13: PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTOS

Terrenos
Saldo

31/12/2017	31/12/2016
590	590
590	590

O saldo total refere-se a terrenos localizados no estado do Piauí, sendo que o objetivo deste ativo é a sua valoração ou não são utilizados nas atividades operacionais do Grupo, sendo avaliados contabilmente a valor de custo.

NOTA 14: INVESTIMENTOS

Os ativos classificados no Investimentos referem-se a Propriedade para Investimentos e Pagamentos de Consórcios e são mensurados, respectivamente, pelo custo atribuível e custo de aquisição.

Consórcios
Saldo

31/12/2017	31/12/2016
154	372
154	372

NOTA 15: IMOBILIZADO

Os ativos classificados no Imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição e deduzidos das respectivas depreciações ou amortizações acumuladas. Atualmente, a empresa está efetuando a implantação do controle individualizado dos bens imobilizados para funcionamento no exercício de 2018, incluído no plano de ação para detalhamento e apresentação dessas informações. A empresa continua em processo de adequação, no intuito de alinhar a gestão patrimonial da empresa a Resolução CFC nº 1.177/09 - NBC TG 27 - Ativo Imobilizado e a Resolução CFC nº 1.292/10 - NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

	31/12/2017	31/12/2016
Terrenos	10.139	10.139
Obras civis e Instalações	11.220	11.208
Máquinas e Equipamentos	3.044	2.818
Veículos	23.636	21.815
Móveis e Utensílios	233	214
Equipamentos e Processamento de Dados	484	367
(-) Depreciações e Amortizações Acumuladas	(22.584)	(18.542)
Saldo	26.172	28.020

NOTA 16: INTANGÍVEL

Os ativos classificados no Intangível referem-se a Marcas da empresa e são mensurados pelos gastos ocorridos pelo seu registro nos órgãos competentes.

Marcas
Saldo

31/12/2017	31/12/2016
79	79
79	79

NOTA 17: EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

Inteiramente composto por contratos de empréstimos e financiamento com instituições financeiras, acrescidos dos encargos e despesas financeiras calculadas com base na taxa efetiva de juros. As debêntures emitidas que se encontram em poder do FINOR, estão evidenciados no Passivo Exigível a Longo Prazo.

Circulante

	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos Garantidos	3.068	4.011
Empréstimos Bancários	4.108	9.874
Total dos Empréstimos - Circulante	7.177	13.885

Não Circulante

	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos Garantidos	79	2.775
Total dos Empréstimos - Não Circulante	79	2.775
Total	7.256	16.660

O detalhamento das modalidades de contratos e encargos estão sumarizados a seguir:

	Taxa média (% ao ano)	31/12/2017	31/12/2016
Circulante			
Conta corrente - cheque especial	2,5% .a.a.	0	2.692
Capital de giro/mútuo	8,08% a 19,56% a.a.	4.108	7.182
Finame	2,3% a 10,12% a.a.	3.068	4.011
Total dos Empréstimos - Circulante		7.177	13.885
Não Circulante		2017	2016
Finame	2,3% a 10,12% a.a.	79	2.775
Total dos Empréstimos - Não Circulante		79	2.775
Total		7.256	16.660

NOTA 18: FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando contratadas.

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores de Matéria-Prima	1.812	2.287
Fornecedores Gerais	1.733	789
Outras Obrigações	369	205
Saldo	3.914	3.281

NOTA 19: TRIBUTOS A PAGAR E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

As obrigações fiscais e trabalhistas estão compostas por impostos e contribuições a recolher que se referem aos fornecedores de serviços, prestadores de serviços e obrigações trabalhistas e previdenciárias.

19.1 Obrigações Trabalhistas

	31/12/2017	31/12/2016
Ordenados e salários a pagar	142	99
Tributos trabalhistas	547	437
Férias e encargos	204	168
Saldo	893	704

19.2 Outros impostos a pagar

	31/12/2017	31/12/2016
Impostos Retidos	2	8
Saldo	2	8

NOTA 20: PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		
IRPJ/CSLL	11	12
Cofins	22	22
Taxas	33	17
Saldo	66	51
Não Circulante		
IRPJ/CSLL	35	35
Cofins	22	25
Taxas	51	26
Saldo	108	86

NOTA 21: ADIANTAMENTOS A CLIENTES

Representam os adiantamentos recebidos por ordem de produção por garantia de entrega futura.

	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamentos de Clientes	842	134
Saldo	842	134

NOTA 22: PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA

A administração da Companhia entende serem suficientes as provisões efetuadas para prováveis contingências. A empresa é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para contingências cíveis	927	927
Provisão para contingências trabalhistas	44	0
Provisão para contingências tributárias	357	357
Saldo	1.328	1.284

NOTA 23: PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1 Capital social em 31 de dezembro de 2017

Sócios	Valor (em milhares)	Quantidade de cotas	%
Usina Livramento Participações Ltda.	9.636	19.778	64
Agropastoril Livramento S.A.	3.309	6.791	22
Diversos	4	8	0
Cotas em Tesouraria	6	12	0
BNB/FINOR	9.955	4.472	14
	22.910	31.061	100

23.2 Reservas de lucros

Refere-se a incentivos fiscais, de redução de ICMS – Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços no qual a empresa goza e que são contabilizadas inicialmente no resultado do período, e constituído a respectiva Reserva de Lucros no encerramento do exercício.

NOTA 25: RECEITAS

A reconciliação da receita bruta para receita líquida, apresentada na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é como segue:

	2017	2016
Venda de produtos	132.919	144.424
Prestação de serviço de transportes		
(-) Deduções	(1.317)	(1.432)
ICMS s/ Vendas	155	39
PIS/Cofins s/ vendas	181	4
Devoluções de Vendas	981	1.390
Receita líquida	131.603	142.992

NOTA 26: CUSTOS

	2017	2016
Custos de Produção		
Matérias-primas e insumos	87.276	103.511
Energia elétrica	1.288	1.145
Gás	0	0
Mão de obra	3.815	2.756
Combustíveis e lubrificantes	43	35
Manutenção e conservação – Máq. Equipamentos	950	1.145
Retífica e Polimento	0	0
Depreciação, Amortização e Exaustão	3.965	4.018
Outros gastos gerais de produção	3.204	469
Custos das vendas	100.541	113.080

NOTA 27: DESPESAS

	2017	2016
Despesas gerais e administrativas	7.597	4.617
Salários, encargos sociais	4.083	3.352
Fardamento	2	4
Cursos e treinamentos	86	50
Transportes	47	9
Assistência médica	217	128
Refeições	111	55
Indenizações(i)	112	80
Depreciação e amortização	69	62
Impostos e taxas	1.819	737
Viagens	58	67
Telefone e comunicações	61	78
Combustíveis e Lubrificantes	7.875	6.905
Donativos e brindes	53	39



Seguros	1.495	1.143
Despesas com marketing	4	21
Comissões	561	653
Honorários	91	125
Despesas não dedutíveis	44	72
Serv. Contabilidade e assessoria	119	76
Serviços e materiais de informática	284	210
Provisão para devedores duvidosos	33	0
Outras Despesas	39	21
	<u>24.860</u>	<u>18.504</u>

NOTA 28: OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	2017	2016
Receita com venda de ativo imobilizado	451	401
Outras receitas operacionais (i)	5	79
Total	456	480
Receitas (despesas) não recorrentes (ii)	3.033	635
Total	3.033	635
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (i+ii)	<u>3.489</u>	<u>1.115</u>

NOTA 29: RESULTADO FINANCEIRO

	2017	2016
Despesas bancárias	1.605	1.801
Variação cambial passiva		
Despesa de juros	10	25
Descontos concedido	16	40
Descontos de duplicatas		
Multas de mora	4	
AVP de fornecedores		
Resultado com operações de swap		
Outras despesas financeiras		
Despesas financeiras	1.635	1.866
Rendimentos de aplicação financeira	179	196
Receita de juros	329	170
Variação cambial ativa		
AVP clientes		
Outras receitas financeiras	753	706
Receitas financeiras	1.261	1.072
Resultado financeiro	<u>(375)</u>	<u>(794)</u>

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João de Almendra Freitas Filho – Presidente
Lysbela Demes Castro Almendra Freitas – Conselheira
Paulo James do Monte Andrade – Conselheiro

DIRETORIA

Valdik Cardoso dos Santos – Diretor Presidente
Ilan Cunha Silveira – Diretor Administrativo
Pedro Mauricio dos S. Evangelista – Diretor Comercial
Antonio José Azevedo de Oliveira – Diretor Técnico

Norberto Wildson Soares Sousa
Contador CRC/PI 9391/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
INDÚSTRIAS DUREINO S/A
C.N.P.J (MF): 10.981.488/0001-39
Teresina-PI

Opinião

1. Examinamos as demonstrações contábeis das **INDÚSTRIAS DUREINO S/A**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
2. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das **INDÚSTRIAS DUREINOS/A.**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

3. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

4. A administração da empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

5. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

6. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

7. Os responsáveis pela governança da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

8. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

9. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

10. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Teresina (PI), 26 de fevereiro de 2018.

[A U D Í P E R] - Auditores Independentes S/S - CRC/PI – 23

Maria de Nazaré dos Santos Ribeiro
Responsável Técnico
Contadora CRC/PI – 2.629

Josimar Ribeiro Soares
Sócio
Contador CRC/PI - 2.087



FICHA TÉCNICA

GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ
José Wellington Barroso de Araújo Dias

VICE-GOVERNADOR
Margarete de Castro Coelho

SECRETARIA DE GOVERNO
Merlong Solano Nogueira

SECRETARIA DA FAZENDA
Rafael Tajra Fonteles

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
Rejane Ribeiro Sousa Dias

SECRETARIA DA SAÚDE
Florentino Alves Veras Neto

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
Fábio Abreu Costa

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
Francisco José Alves da Silva

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
Francisco das Chagas Limma

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
Antonio Rodrigues de Sousa Neto

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
Luiz Henrique Sousa de Carvalho

SECRETARIA DAS CIDADES
Fábio Henrique Mendonça Xavier de Oliveira

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO
José Icemar Lavôr Néri

SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO
Gessivaldo Isaías de Carvalho Silva

SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
João Henrique Ferreira de Alencar Pires Rebelo

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS
Daniel Carvalho Oliveira Valente

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA
Janaína Pinto Marques

SECRETARIA DOS TRANSPORTES
Guilhermano Pires Ferreira Correa

SECRETARIA DO TURISMO
Flávio Rodrigues Nogueira Júnior

SECRETARIA DE DEFESA CIVIL
Hélio Isaías da Silva

SECRETARIA PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Mauro Eduardo Cardoso e Silva

SECRETARIA DE MINERAÇÃO, PETRÓLEO E ENERGIAS RENOVÁVEIS
Luis Coelho da Luz Filho

SECRETARIA ESTADUAL DE CULTURA
Fábio Núñez Novo

PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
Plínio Clerton Filho

CONTROLADOR GERAL DO ESTADO
Nuno Kauê dos Santos Bernardes Bezerra

DIRETORA DO DIÁRIO OFICIAL
Raimundo Nonato de Oliveira

www.diariooficial.pi.gov.br

TABELA DE PREÇOS

Preço da Linha - R\$ 3,50: para linhas de 10 cm de largura, fonte 10
63 (sessenta e três) caracteres

ASSINATURA SEMESTRAL DO DIÁRIO OFICIAL

Sem remessa postal - R\$ 178,00
Com remessa postal - R\$ 261,00

ASSINATURA ANUAL DO DIÁRIO OFICIAL

Sem remessa postal - R\$ 306,00
Com remessa postal - R\$ 499,00

PREÇO DO DIÁRIO OFICIAL

Número Avulso até 30 dias - R\$ 2,50
Exemplar Superior a 30 dias (busca) - R\$ 3,50
Exemplar Superior a 30 dias (busca) e xerox autenticada - R\$ 7,00

PAGAMENTO NA ENTREGA DA MATÉRIA

IMPORTANTE: Os originais não serão aceitos com rasuras ou palavras ilegíveis e devem ser entregues digitados em papel formato ofício e em meio magnético (CD ou Pen Drive), sem espaço, de um só lado.

HORÁRIO DE RECEBIMENTO DE EXPEDIENTE PARA PUBLICAÇÃO:
de 2ª a 6ª feiras de 7:30 às 13:30h

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PIAUÍ - ESCRITÓRIOS E OFICINAS
Praça Marechal Deodoro, 774 - Telefones: (86) 3221-3531 / 3223-5557

DIÁRIO OFICIAL ON-LINE

Compromisso com a Ética e a Transparência

**TALVEZ VOCÊ
NÃO SAIBA, MAS É
UM SALVA-VIDAS.**

**O SANGUE QUE VOCÊ DOA,
SALVA A VIDA DE ATÉ 4 PESSOAS.**

Hemopi
SAÚDE
Secretaria de Estado
do Saúde / SESAPI

Piauí
GOVERNO DO ESTADO

UM ESTADO QUE CRESCE JUNTO COM SUA GENTE